



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O AMOR FALA MESMO TODAS AS LÍNGUAS?

**REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DO SERVIÇO
SOCIAL E OS TEMAS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

ISABELA FRANÇA LIMA

RIO DE JANEIRO

2024

ISABELA FRANÇA LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso

O AMOR FALA MESMO TODAS AS LÍNGUAS?

**REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DO SERVIÇO
SOCIAL E OS TEMAS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.*

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Silva de
Almeida.

RIO DE JANEIRO

2024

CIP - Catalogação na Publicação

L732a Lima , Isabela França
 O amor fala mesmo todas as línguas? Reflexões
 sobre a produção técnico-científica do serviço social
 e os temas da diversidade sexual e de gênero. /
 Isabela França Lima . -- Rio de Janeiro, 2024.
 89 f.

 Orientador: Guilherme Almeida.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
 Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2024.

 1. LGBT+. 2. Serviço Social. 3. Sexualidade. 4.
 Gênero. I. Almeida, Guilherme, orient. II. Título.

ATA- BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO


Estudante (NOME COMPLETO): Isabela França Lima	DRE: 119177417
--	--------------------------

Título do TCC:

O amor fala mesmo todas as línguas? Reflexões sobre a produção técnico-científica do Serviço Social e os temas da diversidade sexual e de gênero

Composição da banca


Presidente da banca/orientador(a): Guilherme Silva de Almeida

 Documento assinado digitalmente
GUILHERME SILVA DE ALMEIDA
Data: 25/07/2024 12:33:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Membro da banca:


Rosana Morgado Paiva

 Documento assinado digitalmente
ROSANA MORGADO PAIVA
Data: 25/07/2024 23:06:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Membro da banca:

Gracyelle Costa Ferreira

 Documento assinado digitalmente
GRACYELLE COSTA FERREIRA
Data: 25/07/2024 14:25:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Parecer:

<input checked="" type="checkbox"/>	APROVADO*	<input type="checkbox"/>	APROVAÇÃO CONDICIONADA**	<input type="checkbox"/>	REPROVADO***
-------------------------------------	------------------	--------------------------	---------------------------------	--------------------------	---------------------

Data de realização da banca: 24 | 07 | 24

* RECOMENDA PUBLICAÇÃO NA BASE PANTHEON REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRJ?

(X) SIM () NÃO

** Em caso de “aprovação condicionada”, pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

*** Em caso de “reprovação” pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES

Foi valorizada pela Banca a pertinência do tema. O expressivo fôlego da aluna como pesquisadora e a apresentação do campo com bastante profundidade e consistência. Recomendação para que dê continuidade a seus estudos através da pós-graduação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à principal pessoa que fez o meu sonho de entrar na UFRJ ser possível: minha mãe. Um dos seus primeiros pensamentos ao me ver em seus braços foi a necessidade de estudar para passar em um concurso público e, após muita persistência, conseguiu ser aprovada. Um dia eu fui sua motivação, mas hoje você é a minha motivação, mãe.

Gostaria de agradecer também à minha vó e minha melhor amiga, que sempre esteve presente com suas mensagens de “bom dia” e seus vídeos de receitas, além de suas histórias que me fazem esquecer dos estresses do dia a dia e me tiram boas risadas.

Quero agradecer ao meu pai que, mesmo de longe, faz tudo ao seu alcance para me ver bem, saudável e feliz. Aos meus irmãos, Aleksandra e Dimitriy, que são os bens mais preciosos da minha vida. À Alyona, por ser essa madrastra sensacional.

À minha “namorada” e companheira de profissão, Kenia, que me encantou assim que entrei na universidade, há 5 anos atrás. A UFRJ não teria nenhuma graça sem você nela, meu amor. Obrigada por ser meu porto-seguro, por tanta confiança, companheirismo, respeito e zelo. Eu não conseguiria terminar essa monografia se não fosse por você.

Agradeço às pessoas que não estão mais nesse plano fisicamente, mas que não saem da minha memória: vô Clementino, vó Maria e bisa Adelina. Sinto muito a falta de vocês. Obrigada por tanto.

Não poderia deixar de agradecer também aos integrantes do Observatório dos Conselhos, grupo de pesquisa/extensão que fiz parte durante 2 anos, que foram essenciais para a minha formação e que tanto me ensinaram sobre as trajetórias de uma pesquisa e o compromisso que é preciso ter para ser uma pesquisadora. As quartas-feiras à tarde sempre terão um lugar quentinho no meu coração por conta de vocês.

Ao meu orientador, Guilherme Almeida, por todos os ensinamentos transmitidos e por ter desempenhado tal função com tanta paciência e maestria, mesmo com tanta sobrecarga de trabalho que o cotidiano o impõe.

À minha supervisora de campo de estágio no IPUB, Fernanda, que me ensinou sobre o que é ser uma profissional de fato comprometida com o Projeto Ético-Político da

profissão e me motivou a seguir na área da saúde mental. Ao meu supervisor de campo de estágio no HUCFF, Rodrigo, por ter me ensinado sobre como lidar com o outro.

Aos amigos que estiveram ao meu lado, tornando a rotina da faculdade menos exaustiva.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos/as os/as professores/as da ESS/UFRJ que fizeram parte de toda esta trajetória, em especial às professoras Rosana Morgado e Gracyelle Costa, que compõem esta banca examinadora.

RESUMO

LIMA, Isabela França. **O amor fala mesmo todas as línguas? Reflexões sobre a produção técnico-científica do serviço social e os temas da diversidade sexual e de gênero.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho busca suscitar o debate sobre os efeitos da LGBT+fobia na produção de conhecimento no Serviço Social. Para isso, procuramos refletir sobre como o conservadorismo sempre esteve presente na história da profissão, especialmente quando pensamos sobre a moralidade sexual e de gênero, e seus efeitos até os dias atuais. Ademais, exploramos a temática da formação profissional e da pesquisa em Serviço Social, apontando seus desafios e contradições. O estudo contou com o levantamento bibliográfico e documental de textos publicados no ano de 2022 em seis revistas de Serviço Social do Brasil: *Serviço Social & Sociedade*; *Revista de Políticas Públicas*; *Katálisis*; *Em Pauta*; *Ser Social*; *Temporalis*-, trabalhos publicados no site eletrônico do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS); dissertações de mestrado e teses de doutorado lançadas no mesmo ano. O objetivo principal foi analisar se nos textos levantados havia um desenvolvimento acerca de pessoas LGBT+. Além disso, buscamos mapear geograficamente os trabalhos publicados relacionados ao gênero e sexualidade na área de Serviço Social à nível de mestrado e doutorado. Com esta pesquisa, chegamos à conclusão de que há uma evidente injustiça epistemológica com relação a pautas LGBT+ dentro das universidades brasileiras no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, especialmente quando refletimos sobre uma perspectiva para além da cisgeneridade.

Palavras-chave: LGBT+; sexualidade; gênero; Serviço Social.

ABSTRACT

LIMA, Isabela França. **O amor fala mesmo todas as línguas? Reflexões sobre a produção técnico-científica do serviço social e os temas da diversidade sexual e de gênero.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

This work seeks to spark a debate on the effects of LGBT+phobia on the production of knowledge in Social Work. To this end, we seek to reflect on how conservatism has always been present in the history of the profession, especially when we think about sexual and gender morality, and its effects to this day. In addition, we explore the issue of professional qualification and research in Social Work, pointing out its challenges and contradictions. The study included a bibliographic and documentary survey of texts published in 2022 in six Social Work journals in Brazil: *Serviço Social & Sociedade*; *Revista de Políticas Públicas*; *Katálisis*; *Em Pauta*; *Ser Social*; *Temporalis*-, papers published on the website of the XVII Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) master's dissertations and doctoral theses released in the same year. The main objective was to analyze whether there was a development about LGBT+ people in the texts surveyed. In addition, we sought to geographically map the published works related to gender and sexuality in the area of Social Work at the master's and doctoral levels. With this research, we concluded that there is an evident epistemological injustice in relation to LGBT+ agendas within Brazilian universities in the context of graduate studies in Social Work, especially when we reflect on a perspective beyond cisgenderism.

Key-words: LGBT+; sexuality; gender; Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1- Total de textos nas revistas em 2022 X textos que abordam a temática LGBT+	44
Gráfico 2- Total de números temáticos de cada revista X números que se dedicam ao tema da sexualidade e gênero	45
Gráfico 3- Distribuição dos trabalhos identificados por eixo temático	50
Gráfico 4- Subtemas do eixo “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades”	51
Gráfico 5- Distribuição de trabalhos do subtema “gênero” em relação a Cisgeneridade	52
Gráfico 6- Total de trabalhos de gênero e sexualidade x trabalho que abordavam a temática LGBT+	55
Gráfico 7- Total de dissertações de todas as áreas com as palavras-chave x dissertações em Serviço Social com as mesmas palavras-chave	56
Gráfico 8- Levantamento da produção da pós-graduação por regiões	57
Gráfico 9- Total de teses com as palavras-chave x teses em Serviço Social com as mesmas palavras-chave	58
Gráfico 10- <i>Ranking</i> das regiões (mestrado + doutorado).....	60
Gráfico 11- <i>Mapa de calor das produções dos PPGs de SS sobre gênero e sexualidade</i>	61

TABELAS

Tabela 1- Distribuição dos trabalhos do XVII CBAS sobre gênero em subtemas	54
Tabela 2- Distribuição das dissertações sobre gênero e sexualidade no Serviço Social por universidades	57
Tabela 3- Distribuição das teses sobre gênero e sexualidade no Serviço Social por universidades	59
Tabela 4- Distribuição dos trabalhos de pós-graduação por universidades	59

FIGURAS

Figura 1- "O setor profissional caminhou"	24
Figura 2- “Presença cristã no meio profissional, familiar e social”	24
Figura 3- A importância da profissão para a recristianização	25
Figura 4- "Programação para 1966"	26

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
AIDS	Da sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DST	Divisão Sociotécnica do Trabalho
EAD	Educação à Distância
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GT	Grupo Temático

INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LGBT+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outras sexualidades e identidades de gênero
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binária e outras identidades e sexualidades
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGS	Organizações não governamentais
PPGS	Programas de Pós-Graduação
PUC- SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SS	Serviço Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TT	Travestis e Transexuais
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1- História do Serviço Social, atravessamentos conservadores e impactos na moralidade sexual e de gênero	15
1.1.História da profissão e conservadorismo	16
1.2.Conservadorismo na moralidade sexual e de gênero e Serviço Social	28
CAPÍTULO 2 – Formação profissional e pesquisa em Serviço Social, relações de gênero e sexualidade: questões curriculares e produção técnico-científica atual....	37
2.1. A pesquisa em Serviço Social: desafios contemporâneos	38
2.2. A produção técnico-científica do Serviço Social e os temas da diversidade sexual e de gênero.....	41
CAPÍTULO 3 – LGBT+fobia: aproximações teórico-conceituais e expressão no campo técnico-científico	63
3.1. Aproximações teórico conceituais do termo LGBT+fobia	64
3.2. A LGBT+fobia epistêmica	71
3.3. A pesquisa no Serviço Social e os efeitos da LGBT+fobia na produção técnico-científica da profissão	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84

APRESENTAÇÃO

Para começarmos esta trajetória de leitura, propomos que o/a leitor/a faça uma viagem no tempo. Assim como Guacira Lopes Louro nos propõe em *Um corpo estranho-ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*, a ideia de viagem nos traz o conceito de algo em deslocamento, em movimento e em constante mudança. A viagem, como é de conhecimento, não se constitui apenas da chegada em si, mas de todo o processo até chegar naquele ponto.

Com isto posto, entendemos que a pesquisa pode ser analisada da mesma forma. Ela é um processo, não é linear e o seu resultado é apenas mais uma das características que fazem parte desta longa caminhada. Assim como a viagem, ela também é perpassada por aspectos subjetivos do/a pesquisador/a, na qual não podemos deixar de lado. Dessa forma, a escolha da temática deste estudo não foi por acaso, foi impulsionada principalmente por uma relevância pessoal. Mas, para além disso, o tema também conta com a importância social, institucional e política acerca da temática de diversidade sexual e de gênero.

Ao contrário do que é conhecido pelo senso comum, a heterossexualidade e a cisgeneridade não são aspectos naturais da subjetividade de um ser humano. As formas de desejo e de identificação, muitas vezes, estão ligadas a aspectos sociais, isto é, são construções, não são inatas. Quando falamos sobre sexualidade e identidade de gênero, é necessário que tenhamos como primeira perspectiva a história de nosso país e sua relação com o extermínio de pessoas consideradas “anormais” ou “subumanas”.

Durante o período de colonização no Brasil, além da população negra, que foi cruelmente espoliada e exterminada, as/os dissidentes sexuais também fizeram parte desses sujeitos que não mereciam ter suas formas de viver reconhecidas. Por muito tempo, determinar quais eram as sexualidades permitidas, ou não, se tornou uma necessidade social da Igreja Católica.

Essa mesma Igreja Católica que influenciou muitos dos estudos na gênese da formação de Assistentes Sociais no país, inclusive com aspectos morais nos Códigos de Ética da profissão. Mesmo com o processo de Intenção de Ruptura da categoria com os ideais tradicionais, o pensamento conservador sempre esteve presente. Neste trabalho,

temos como ponto de partida justamente essa trajetória do Serviço Social e o conservadorismo, bem como suas influências na moralidade sexual e de gênero, como poderá ser visto no primeiro capítulo.

Já no segundo capítulo, realizamos um levantamento bibliográfico e documental acerca da diversidade sexual e de gênero no ano de 2022 em seis revistas consolidadas no Serviço Social, em trabalhos publicados no CBAS, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Nesta amostragem, pudemos perceber que, mesmo dentro de uma profissão crítica, ainda há certa dificuldade na incorporação de pautas LGBT+¹ e de gênero, para além da cisgeneridade.

Dentre muitos aspectos, acreditamos que uma das dificuldades de incorporação desses temas esteja ligada às protoformas da profissão. Mas, para além disso, entendemos que parte da categoria profissional está ligada a um viés interpretativo que faz uma diferenciação entre *exploração* de classe e *opressões* de gênero, raça, etnia, sexualidade etc.

Desta maneira, no terceiro capítulo buscamos problematizar os possíveis condicionantes da escassez de produção técnico-científica sobre diversidade sexual e de gênero no Serviço Social durante o ano de 2022, especialmente em nível de pós-graduação, e discutir os sentidos que vêm sendo empregados para o termo LGBT+fobia e a vinculação dele com a produção técnico-científica, bem como seus impactos no cotidiano profissional de assistentes sociais.

¹ O termo mais atual (2024) utilizado pelo movimento é *LGBTQIAPN+*, mas optamos por utilizar o termo *LGBT+* por entendermos ser o mais consolidado no senso comum e, dessa maneira, consideramos de mais fácil compreensão de todas/os/es que acessarem este trabalho.

Capítulo 1

História do Serviço Social, atravessamentos conservadores e impactos na moralidade sexual e de gênero

“Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia”.

Maria Lúcia S. Barroco

Existem diversas formas de entender a história do Serviço Social. Há pesquisadores/as que optam por estudar o surgimento da profissão a partir de uma evolução da caridade e há autores que compreendem a gênese como o produto da luta de classes e de todas as contradições existentes na sociedade capitalista. Embora sejam perspectivas divergentes, o fato é que a imagem da profissão para a sociedade brasileira em geral é construída de tal forma que a população, até o momento, ainda entende a profissão como um campo de “pessoas boazinhas que fazem o bem”.

O capítulo, e toda a monografia, pretende seguir com a perspectiva histórico-crítica (MONTAÑO, 2007 *apud* TONIOLO, 2022, p.3), que compreende o Serviço Social enquanto uma profissão inserida na Divisão Sociotécnica do Trabalho e fruto de como a sociedade de classes foi gestada, bem como de todos os processos contraditórios inerentes a ela. É indispensável o entendimento de que a profissão foi constituída para responder aos interesses da burguesia, do Estado e da Igreja frente à nascente “questão social”. Além disso, não podemos perder de vista que o “significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade” (YAZBEK, 2009, p.3).

Disto isto, não teremos como proposta contar um histórico exaustivo da profissão ao redor do mundo, mas é essencial perpassar esses outros países, que não o Brasil, para entendermos o Serviço Social de nosso próprio país. O principal objetivo deste capítulo será refletir sobre como o conservadorismo se entranhou na profissão, especialmente quando pensamos sobre a moralidade sexual e de gênero, e sua forte ligação com o cristianismo - que esteve na base dos ideais iniciais da profissão.

1.1 História da profissão e conservadorismo

No saber popular, é comum ouvirmos que o Serviço Social é uma profissão de “pessoas boazinhas” com almas “caridosas”. Essa imagem não foi construída por acaso, já que as protoformas da profissão têm íntima ligação com os ideais de caridade da Igreja católica. No entanto, torna-se um aspecto fundamental entender que a construção da autoimagem da profissão também é perpassada por valores ideológicos ao se contar sua trajetória.

Mas, para entendermos as bases que foram responsáveis, posteriormente, pela gênese da profissão e até mesmo por sua manutenção, precisamos fazer uma breve retomada histórica. Com a queda do regime feudal e a insurgência do capitalismo, características específicas puderam ser vistas e analisadas, como a centralização e a acumulação de capital, a formação de um exército industrial de reserva para manutenção do sistema e as novas formas de reprodução da força de trabalho (MARX, 2017).

A alavanca desse novo modo de produção passa a ser uma população trabalhadora excedente. Ela se torna um exército industrial de reserva disponível para o capitalista explorar e dominar quando quiser. Os salários podem ser pressionados para um nível inferior e as jornadas de trabalho podem ser mais intensivas e extensivas porque, afinal, vai ter alguém na fila, caso o/a trabalhador/a atual não aceite as condições impostas a ele/a.

Com esse sistema, a produção de superpopulação relativa ou a demissão de trabalhadores/as avança mais aceleradamente do que as revoluções técnicas dos meios de produção. Segundo Marx (2017, p.266), “à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores”.

Ao passo que se acumula capital, é possível ter a certeza de que, proporcionalmente, há acumulação de miséria, pois aqui reside a Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 2017). Todos os métodos de produção da mais-valia possuem um resultado impactante para a vida do/a trabalhador/a, seja no sofrimento psicossocial, na fome, na moradia ou em tantos outros aspectos das relações sociais.

Dessa forma, a nova classe emergente, a burguesa, precisaria agir para manter a sua tão clamada *Ordem*, já que a massa de trabalhadores/as começava a clamar por

melhores condições de vida, e para dar o mínimo necessário para manutenção da força de trabalho. De acordo com Estevão (1992, p. 11), a preocupação com essas “classes despossuídas e os problemas sociais e políticos que esta população poderia criar, tornou-se uma necessidade de defesa da burguesia recém-chegada ao poder”.

Dessa maneira, a “assistência aos pobres” se tornou uma nova forma de atividade da burguesia conjuntamente com a Igreja - mas com esta última assumindo um papel central. Primeiramente, o que se fazia era achar voluntárias/os que pudessem auxiliar nessa causa e, posteriormente, um estudo sobre a vida daquelas/es que precisavam dessa “ajuda”². A maior parte do corpo de voluntários era formada por mulheres, já que o papel do cuidado já era atribuído historicamente ao gênero feminino. A função dessas profissionais era “visitar as casas dos pobres e necessitados, estudar conscienciosamente os pedidos de ajuda e conseguir trabalho para os ‘desocupados’, para prevenir os problemas derivados da pobreza” (ESTEVÃO, 1992 p.12).

Então, em 1869, ocorreu a fundação da Sociedade de Organização da Caridade em Londres, que estabeleceu diversas formas de realizar a prática da Assistência naquela época. Para Estevão (1992), a maior novidade dessas instituições foi criar outras instituições que pudessem atuar como escolas de formação para realizar as práticas da assistência social. Vinte anos depois, surge a primeira Escola de Serviço Social do mundo, na Alemanha. Já na América Latina, a primeira escola nasce apenas em 1925, no Chile, e ligada ao médico Alejandro Del Rio.

Não nos debruçaremos sobre o Serviço Social em outros países, já que o que realmente nos interessa é entender as particularidades dessa profissão inserida no contexto brasileiro e como o conservadorismo se deu no país, além de não termos a intenção de contar um longo histórico da profissão que já consta em diversos documentos, artigos, teses, dissertações e livros.

No entanto, ainda assim, é importante elencarmos alguns pontos sobre a profissão na Europa e nos Estados Unidos, já que o Serviço Social brasileiro sofreu forte influência externa. Além do mais, é preciso que tenhamos em mente que tal influência está intimamente conectada às vinculações mantidas durante os séculos e à dependência dos países europeus. De acordo com Castro (2000),

² Naquele momento qualquer recurso ou serviço oferecido, era entendido como ajuda e não como um direito.

A influência sobre o Serviço Social não é algo exclusivo dele, nem pode ser visualizada como apenas correspondente a uma interação só favorável aos europeus. Um amplo processo de relação estrutural e de subordinação nas distintas esferas da vida social é o substrato das múltiplas formas da influência europeia nos mais variados campos e setores de atividade (p.39).

Também não pode deixar de ser mencionado que tal influência só pôde ser absorvida porque “retratava o comportamento de um setor da sociedade brasileira num momento de grande radicalização e acirramento das tensões políticas e sociais” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 229). Então, não podemos deixar de fora as próprias decisões da burguesia brasileira e não podemos colocar as classes dominantes do país como extremamente passivas frente às ordenações internacionais.

Aqui, o Serviço Social enquanto profissão surgiu apenas entre os anos de 1930 e 1940 e devido também a um cenário de uma nova classe dominante emergente no país. O meio contraditório entre atender os ideais do Estado e da burguesia em conjunto com os valores católicos e, ao mesmo tempo, da classe trabalhadora se tornou a base para sua implementação. Como indica Yazbek (2009),

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (p.6).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p.226), “o Serviço Social começa a surgir como um ‘departamento’ especializado da Ação Social e da Ação Católica” em um período específico para a definição do papel da Igreja no contexto brasileiro com vistas a garantir sua hegemonia enquanto instrumento de controle das classes subalternas.

Mas o que realmente abriu espaço para a criação do mercado de trabalho das assistentes sociais foi a emergência das políticas sociais, como uma forma de regular a classe trabalhadora. Segundo Toniolo (2022), no conjunto das alianças promovidas pelo então presidente Getúlio Vargas (1930-1937), uma delas foi com a Igreja Católica para o recrutamento dessas profissionais.

Em 1932, houve a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que futuramente se tornaria a primeira Escola de Serviço Social do nosso país, com o intuito de difundir as ideologias confessionais ligadas ao catolicismo. Ainda de acordo com

Yazbek (2009), o CEAS enviou duas integrantes do grupo para o curso de Serviço Social em Bruxelas e uma que já estava no Brasil, possuía formação social na Escola Normal de Paris. Foi dessa convergência entre pensamentos da visão francesa e da visão belga que, em 1936, nasceu a primeira Escola de Serviço Social no Brasil.

Mas foi somente no contexto de um intenso processo de industrialização, que o Estado deixou de ser um ente atuante para os latifundiários e passou a atuar para a nascente burguesia industrial, nos anos de 1940, no qual o Serviço Social passa a ser realmente inserido na Divisão Sociotécnica do Trabalho, a partir de instituições socioassistenciais, tais como a “Legião Brasileira de Assistência” (1942), “Fundação Leão XIII” (1942), o “SENAI” (1942) e o “SESI” (1946) (TONIOLO, 2022).

A formação dessas profissionais estava ligada a um investimento pesado por parte do Estado e da Igreja em controlar os aspectos morais das/os trabalhadoras/es, com os ideais das Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que tinham como um de seus valores centrais, a família tradicional burguesa. O trabalho dessas profissionais era ligado à fiscalização de, principalmente, outras mulheres, já que para o catolicismo as mulheres não estavam cumprindo o seu papel de educar religiosamente em casa e, por este motivo, *os operários estavam se perdendo para o comunismo*.

Desta forma, no mercado de trabalho das primeiras Assistentes Sociais uma característica marcante era o controle moral. Na França, um dos países que influenciou muito o serviço social brasileiro, muitas das profissionais estavam autorizadas a realizarem visitas domiciliares, que perpassavam por valores higienistas:

Assim, em nome da ordem e da paz social, travestida de ‘ajuda’, os estava autorizada a invasão da privacidade e da intimidade da vida dos trabalhadores: desde ao controle do exercício da sexualidade (considerado promíscuo para os padrões cristãos), passando pelas opções de lazer, até chegar ao modo como viviam em seus próprios domicílios (TONIOLO, 2022, p.141)

Nesta fase, a estrutura do Estado se ampliou para dar conta de diversas questões insurgentes no país, e trouxe um conjunto de contradições, inerentes do capitalismo, mas com uma marca específica: a dependência³. A respeito do desenvolvimento brasileiro,

³ Para mais informações sobre o capitalismo dependente, conferir “Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais” de Tatiana Brettas (2020) e “Estado e capitalismo” de Octavio Ianni (1965).

cabe citarmos um trecho de Ianni (1965, p.33) ao dizer que “nesse jogo, o Brasil foi pensado como base de operações e não como uma economia independente e autônoma”.

Inclusive, foi a partir dos anos de 1940, que a profissão passou a entrar em um profundo contato com as perspectivas do Serviço Social estadunidense, por conta, principalmente, dos interesses expansionistas dos Estados Unidos. Uma de suas expressões foi bem exemplificada por Toniolo (2022), ao dizer sobre a participação de diversas assistentes sociais em Congressos Interamericanos e, além disso, o recebimento de bolsas de estudo para assistentes sociais do Brasil para estudarem no país norte-americano.

No entanto, sentindo-se ameaçada por essa influência norte americana e pelo aumento de Escolas de Serviço Social mais laicizadas, a Igreja Católica cria a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) para ter a segurança de que o projeto de formação da Doutrina Social da Igreja continuaria a prosseguir (TONIOLO, 2022). Além de que tiveram forte influência no Código de Ética de 1947 da profissão, com um poderoso apelo à moral e aos ideais funcionalistas, como pode ser lido logo na introdução do documento e na Seção I, que diz respeito aos deveres fundamentais das assistentes sociais:

Introdução:

I– Moral ou Ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para **fazer o bem e evitar o mal**. (ABAS, 1947, p.1, grifos nossos)

III – A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata com **pessoas humanas desajustadas** ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade (ABAS, 1947, p.1, grifos nossos)

Seção I:

1. Cumprir os compromissos assumidos, **respeitando a lei de Deus**, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no **bem comum** e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do **testemunho de Deus** (ABAS, 1947, p.1, grifos nossos).

Como uma maneira de tentar controlar a precarização das condições de vida e na tentativa de forjar um “bom capitalismo”, um dos papéis que o Estado cumpre neste

momento foi regulamentar muitas leis a favor da classe trabalhadora como as leis trabalhistas que, para Bretas (2020), foi uma das políticas mais importantes para a preparação do avanço do desenvolvimento capitalista na década seguinte. Ainda de acordo com a autora,

O Estado assumia a tarefa de minimizar as tensões decorrentes dos contraditórios interesses de classe, impondo limites à pauperização da classe trabalhadora e garantindo as condições para a intensificação da expansão do setor industrial. A definição de um salário-mínimo, apesar de ser uma resposta às demandas da classe trabalhadora, operou como um importante instrumento a serviço da burguesia em ascensão, pois igualava a remuneração de trabalhadores com diferentes níveis de qualificação, evitando o pagamento de melhores salários para algumas categorias mais especializadas. (BRETTAS, 2020, p.109)

Com o acirramento desse modo de produção na sociedade brasileira, foi possível visualizar uma disputa no campo ideológico entre subdesenvolvimento *versus* desenvolvimento, atribuindo a ideia de que as desigualdades existentes estavam relacionadas a um “capitalismo incompleto”. Esse ideal conhecido como Nacional-Desenvolvimentismo também questionava a posição de dependência que o Brasil estava frente ao capital estrangeiro e lutava pelo desenvolvimento de “um capitalismo com uma indústria nacionalizada, que valorizasse os trabalhadores dos países” (TONIOLO, 2022, p.85). No entanto, é importante pontuar que o aparente “atraso” não é um sintoma de ausência de capitalismo no país, mas sim a forma própria de sua expressão.

Esta foi uma fase da política brasileira que dentre muitas ações promovidas pelo Estado, uma delas foi ampliar a regulamentação das profissões com vistas a ter mais controle sobre os processos de trabalho (TONIOLO, 2022). Não por acaso, o Serviço Social é regulamentado em 1957⁴ e em 1962⁵, tendo ligação com os ideais desenvolvimentistas no país e com a inserção das profissionais em programas de Desenvolvimento de Comunidade (TONIOLO, 2022).

Inclusive, de acordo com Tenenblat (2022), no II Congresso Brasileiro de Serviço Social o tema central foi “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social” e contou com um discurso do presidente Jânio Quadros (1961-1964) em que ele ressaltava a

⁴ Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

⁵ Decreto que regulamentou a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

importância da profissão em integrar a população no processo de desenvolvimento e tornando o “homem na solução de seus problemas, tornando-o agente de seu próprio bem-estar” (QUADROS, 1961, p.33 *apud* TENENBLAT, 2022, p.155).

Por consequência, foi possível visualizar um aprofundamento da luta de classes no país que, posteriormente, somada a outros fatores, desencadeou na Ditadura Empresarial-Militar. Desta forma, além da institucionalização da profissão ter se dado durante o período de industrialização, observa-se que sua regulamentação ocorreu apenas dois anos antes da Ditadura, caracterizada por uma contrarrevolução preventiva (c.f. NETTO, 1996) e tendo como um dos resultados, o aprofundamento da dependência da economia brasileira aos mecanismos internacionais, em especial os Estados Unidos.

Neste momento, a prática profissional das assistentes sociais ainda estava alinhada com os ideais de preservação da ordem do capital e ajustamento dos indivíduos ao meio, com forte influência do funcionalismo. Dessa forma, as políticas institucionalizadas pelo Estado e atribuídas às profissionais eram fragmentadas, individualizadas e burocratizadas. Além disso, o Serviço Social teve um papel importantíssimo na contenção das “classes perigosas” e em suas devidas “correções” com vistas ao bem comum, como é possível ler nos Códigos de Ética da profissão de 1965 e 1975:

Art. 7º - Ao assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social. (CFAS, 1965, p.2)

Art. 8º - O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa. (CFAS, 1965, p.2)

Art. 9º - O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais. (CFAS, 1965, p.2)

Art. 5º - São deveres do Assistente Social: VI. Nas relações com a comunidade: b. Participar de programas nacionais e internacionais destinados à elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais; (CFAS, 1975, p.6)

Ademais, segundo Tenenblat (2022), com o golpe empresarial-militar foi possível observar uma reorganização da Igreja Católica para a recristianização da população e para a busca da reafirmação de seus interesses, que estavam fragilizados desde a constituição da República. Estes núcleos da Igreja Católica buscavam, antes de tudo, penetrar nas instituições para terem diversas formas de interferir nos segmentos da sociedade, como pode ser visto em documentos da Ação católica durante aquele período, retirados do Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP como parte de nossa pesquisa bibliográfica.

Figura 1- "O setor profissional caminhou"

Set 1964/jan.1966 - O Setor Profissional caminhou

- realizando conscientemente vários contatos com outras experiências, inclusive as que surgiram após o encontro nacional;
- tentando aglutinar novos grupos de ex-militantes ou não;
- estudando problemas fundamentais, como
 - Ø desafios do meio ao leigo cristão no mundo de hoje
 - Ø papel do leigo na Igreja
 - Ø engajamento cristão (conseguimos publicar um caderno sobre o assunto, - o de n. 13 da série de cadernos da ACI)
 - Ø definição de linha do movimento (em elaboração um caderno sobre o assunto)

Fonte: CEDIC- PUC SP

Figura 2- "Presença cristã no meio profissional, familiar e social"

e) levar as conclusões do CONAC a Hierarquia, conforme for devido.

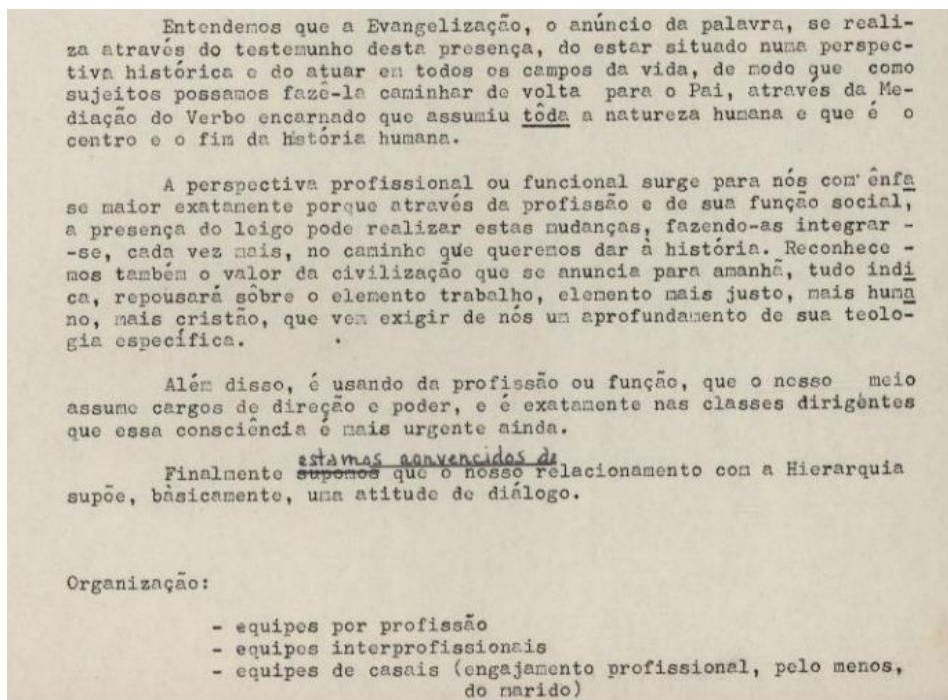
A fim de fornecer à equipe do Conselho mais elementos para uma decisão com suficiente conhecimento de causa (ainda não foi publicado um caderno sobre as atuais linhas do Movimento), eis o que afirmamos como linhas mestras que orientam o nosso Setor e refletem as aspirações de base:

Consideramo-nos um movimento de leigos cristãos adultos que têm como objetivo a evangelização através da presença cristã no meio profissional, familiar e social. Presença esta que se realiza na consciência cada vez mais clara e difundida de uma realidade de mundo em sérias transformações, sobretudo sociais, e o compromisso pessoal com estas transformações.

Compromisso de assumi-las como sujeito, sendo fermento e sal e reconhecendo à sua volta os valores que a graça de Deus distribui não só aos cristãos mas a todo o povo de Deus. "Assim o cristão missionado pelo batismo é uma revelação em busca de outra revelação nas coisas e no próximo."

Fonte: CEDIC- PUC SP

Figura 3- A importância da profissão para a recristianização

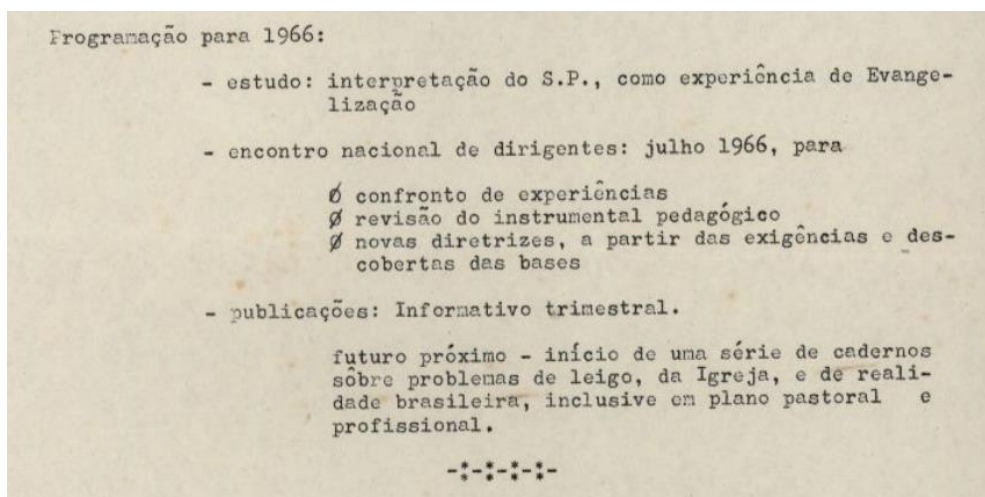


Fonte: CEDIC- PUC SP

Uma das formas de realizar o seu controle e de fundar seu poder era através do conhecimento, como pode ser visualizado na figura 4, que menciona o encontro nacional de dirigentes, organizado para, dentre muitas ações, revisar o instrumental pedagógico. Para Castro (2000),

Na América Latina, desde os primeiros momentos a Igreja católica desempenhou um papel de extrema importância; e a sua significação social e política foi notavelmente acrescida ao longo do domínio colonial. Ela determinou os intelectuais orgânicos e, durante muito tempo, a categoria intelectual mais típica, monopolizadora dos serviços relevantes- a ideologia religiosa, a filosofia, a ciência da época, a educação, a moral, o ordenamento dos costumes, a própria noção de justiça-, foi a dos intelectuais clericais. (p.49)

Figura 4- "Programação para 1966"



Fonte: CEDIC- PUC SP

Toda essa retomada histórica foi feita para que tenhamos a compreensão de forma explícita que esta profissão está inserida no bojo do sistema capitalista e, dessa forma, não está imune aos processos contraditórios promovidos pelo capital. O Serviço Social, em um primeiro momento, nasceu para difundir a moral conservadora cristã e para que a organização da classe trabalhadora não acontecesse.

Foi somente no final dos anos de 1950 e no início dos anos de 1960 que as manifestações de profissionais questionando o Serviço Social tradicional começam a ser ouvidas (IAMAMOTO, 2013) e, a partir dos anos 70, que há de fato uma maior aproximação com o pensamento crítico marxista com a intenção de repensar os objetivos, as metodologias e os marcos teóricos da profissão, de forma a atuarem num Projeto Ético-Político emancipatório.

Durante esse movimento, uma parcela da categoria profissional buscou romper com as bases conservadoras da ocupação. Mas, como a profissão está inserida em um contexto sócio-histórico e as assistentes sociais também são influenciadas por tal contexto, a ruptura foi uma *procura*, uma *luta* para mudar as novas bases de atividades profissionais, portanto, foi um processo marcado por uma *tentativa* de alterar as bases profissionais que sempre “viveu a dialética da convivência entre pensamento conservador e a intenção de ruptura” (NETTO, 2011b *apud* BOSCHETTI, 2015, p.639).

No entanto, o conservadorismo é o que alimenta esse modo de produção. E, como a profissão não está apartada dessas contradições, uma parte considerável da categoria acaba sendo envolvida por esses pensamentos conservadores, dependendo das requisições

das instituições, que “apontam para soluções pragmáticas: modelos de ação, técnicas de autoajuda, regras de comportamento que prometem resolver imediatamente ‘problemas’ individualizados, abstraídos da história e de suas determinações objetivas” (BARROCO, 2015, p.633). Mas, em certos momentos, as atitudes tomadas não têm necessariamente uma relação com a instituição na qual a/o profissional está inserida/o, como diz Barroco (2015) novamente:

Mas, muitas vezes, o comportamento policialesco do assistente social não é demandado pela instituição. Parte dele mesmo em função de sua orientação conservadora, objetivando o controle da vida dos usuários, o cerceamento de suas escolhas, o impedimento dos seus direitos baseado em avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade pautados em preconceitos e discriminações. Isso é bastante comum nos espaços em que o assistente social participa de decisões relativas à família e em situações que expõem comportamentos que fogem aos padrões tradicionais, a exemplo da adoção de crianças por casais homoafetivos (p. 634).

Tal exemplo nos remete justamente às protoformas da profissão, já que o Serviço Social nasceu voltado para ações de “*soerguimento moral da família operária*” (IAMAMOTO, 2013, p.22) e, desta forma, atuava com a intenção de “tratar” os “desajustados” para o sistema, que, diga-se de passagem, eram todos aqueles que, de alguma forma, não eram lucrativos para o capital ou que tensionavam as bases da acumulação. Então, é notório o alto teor conservador que fez parte da profissão desde o seu surgimento. O conservadorismo que vemos atualmente dentro da categoria não é uma marca somente do presente, é uma busca do passado. Como diz Iamamoto (2013, p.27), “o passado é experimentado como virtualmente presente”.

Embora o Código de Ética de 1993 não permita que haja nenhuma forma de discriminação, acreditamos que a ligação existente com o cristianismo católico nas protoformas da profissão e, mais recentemente a ligação com o cristianismo neopentecostal, promove um certo afastamento das/os assistentes sociais de temas ligados à moralidade sexual e de gênero, refletindo na dificuldade de incorporação desses temas como parte das expressões da “questão social” pela categoria, expressando implicitamente um caráter conservador ligado ao passado de controle, a partir das famílias, a e de uma direção cisheteronormativa.

Não podemos deixar de lado que na história da profissão, as assistentes sociais foram requisitadas pelo Estado para controlar e fazer existir a família ideal formada por

um homem cisgênero e uma mulher cisgênera para atender às necessidades do sistema. As profissionais estiveram à frente de muitas das políticas com as famílias, como será mais bem explorado no item a seguir.

1.2 Conservadorismo na moralidade sexual e de gênero e Serviço Social

Antes de nos debruçarmos sobre o conservadorismo na moralidade sexual e de gênero no Serviço Social, acreditamos ser essencial fazer uma breve explicação sobre a diferenciação entre estes conceitos, já que existem diversas formas de interpretar as significações acerca do gênero, do sexo e da sexualidade. Há pesquisadores/as que, ao tentarem encurtar o trabalho pedagógico e didático, explicam o gênero como uma construção social e o sexo como algo biológico, como se fossem conceitos opostos um ao outro. Quase como se, de um lado, estivesse o gênero e, de outro polo distante, o sexo, sem nenhuma ligação entre eles. No entanto, o referencial teórico que iremos apresentar nessa monografia não segue essa linha de pensamento.

Conforme problematização feita por Almeida (2011), o corpo, assim como o gênero, é uma construção social. A partir do corpo, que é um marcador social de diferença, leituras sociais são feitas a todo momento e passamos a ser inseridas em um sistema de classificação que exacerba as relações de poder na sociedade. O corpo, por não ser apenas um substrato biológico, é movido por gramáticas corporais que definem o tamanho da visibilidade ou invisibilidade de uma pessoa perante as relações sociais.

Portanto, o sexo não é algo meramente biológico. Ele é carregado de sentidos e de influências culturais, sempre dependendo do momento histórico no qual a pessoa está inserida, mas de tal forma que o controle sobre esses corpos sempre esteve presente. De acordo com Butler (1999 *apud* LOURO, 2022, p.40), as sociedades constroem “normas regulatórias” para regular o sexo dos indivíduos e, segundo Louro (2022, p.41), tais normas possuem “um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual”.

No Brasil, acreditamos que essas normas regulatórias tenham seu início no processo de colonização, período que possui íntima relação com a “expansão e sedimentação do capitalismo” (MAZZEO, 1995, p.6), já que os países europeus foram

moldados através das expropriações e espoliações que realizavam em suas colônias, em especial contra povos originários e contra a população negra. É possível afirmar também que “no controle sobre as corporalidades toda sorte de exercícios da vivência e imposição hegemônica de significado dos corpos daqueles (as) que conformavam o “outro” traduzia-se em interdições, repressões e refuncionalizações” (PEREIRA, 2023, p.19).

Foi durante esse processo de expansão dos Estados europeus em que ocorreram também as perseguições do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição entre os séculos XVI-XVIII. Esse período talvez tenha sido o mais controlador das sexualidades durante o Brasil Colônia, como é possível presumir através de um exemplo ocorrido no século XVI:

A verdade é que as denúncias funcionavam até o ponto de ocorrer punição contra as pessoas omissas, como no caso do jovem Mateus, que pagou multa e cumpriu penitência pública porque deixara de denunciar o blasfemo João Nunes, na Visitação Inquisitorial pernambucana de 1593. Ou também o caso do carpinteiro e açougueiro Pedrálves que, na Visitação Inquisitorial baiana de 1591, foi multado, penitenciado e açoitado em público em Salvador, por não ter denunciado sua esposa, supostamente herética (TREVISAN, 2018, p.136).

Segundo Trevisan (2018), foi durante o século XVIII em que ocorreu o auge dessas perseguições inquisitoriais. Não coincidentemente, foi naquele mesmo período que o discurso hegemônico se tornou o *Dual Sex Model*⁶, ou seja, a ideia de que a natureza humana é dividida entre dois sexos: o masculino e o feminino, estabelecendo uma hierarquia entre eles e vinculando estes sexos à genitália.

Tal controle das sexualidades não passou por muitas mudanças durante o período Imperial, já que em 1830 a monarquia brasileira lança o primeiro “*Código Criminal do Império do Brasil*”, no qual constava um capítulo falando sobre “*Offensas da religião, da moral e bons costumes*”, caracterizando como crime quem praticasse “*qualquer acção, que na opinião pública seja considerada como evidentemente ofensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar público (Art.280)*” com pena de prisão e multa.

Embora a sexualidade não tenha sido mencionada, aqueles que não obedeciam à ordem heterossexual eram encaixados nesse artigo. E, de acordo com Trevisan (2018), as legislações seguintes também contaram com esse disciplinamento, mas com outros

⁶ Cf. Almeida, 2011, p.17-27

nomes, como “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias” e “ultraje público ao pudor”.

Dessa forma, foi possível observar que disciplinar as sexualidades era uma necessidade social ligada a aspectos morais da Igreja Católica e, além disso, foi um instrumento de controle de suas populações por parte do Estado. Ou seja, heterossexualidade e a cisgeneridade⁷ não são aspectos naturais, elas são fruto de um controle histórico e de uma tentativa de apagamento constante daquelas que fogem à norma. Para além desse domínio da sexualidade, há também uma história marcada por opressão de classe e raça, uma vez que “elas são constitutivas umas das outras, fundindo-se numa simbiose de lógica contraditória.” (SAFFIOTI, 1992, p.206). E foi justamente no âmago dessa mesma Igreja Católica que o Serviço Social teve muitos de seus ideais construídos, como pudemos observar no item anterior.

Com a difusão de ideais liberais no final do século XIX, a Igreja se sentiu ameaçada por perder muitos de seus privilégios. Para membros e simpatizantes desta organização, a “questão social” era uma questão moral e religiosa, mas a intervenção do Estado era justificada, já que ele deveria preservar o bem comum. No entanto, ele não era permitido a negar a existência de grupos sociais “naturais”, como a família. Com isto posto, a aliança entre estes dois entes era proveitosa para ambos: de um lado, a importância da recristianização e difusão de seus princípios. De outro, o interesse na harmonia entre as classes e o afastamento do socialismo dos pensamentos dos operários (IAMAMOTO, 2013).

Já estabelecido na literatura da profissão e posto no item anterior, o movimento da Ação Social recrutava leigos católicos para realizarem atividades sociais junto a diferentes parcelas da população. Esse recrutamento ganhou força em 1930 com a Ação Católica, através das *Encíclicas Papais Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, tendo como uma de suas iniciativas difundir a moral cristã para o enfrentamento da “questão social”.

Algumas campanhas realizadas nesse momento “incidiu particularmente na manutenção e reforço da família, significando - sob o véu de um cumprimento dos mandatos divinos - a reprodução de homens que ficariam à mercê do capital” (CASTRO,

⁷ Uma pessoa cisgênera é aquela que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

2000, p.66 *apud* TONIOLO, 2022, p.56), já que a família é um dos aparatos de ideologia que o Estado pode intervir. De acordo com Trevisan (2018),

A partir da ideia de um corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial da burguesia branca, criavam-se rigorosos modelos de boa conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada, dentro da família. Acreditava-se que a libertinagem enfraquecia as nações (p.168).

Não foi por acaso que em 1936, o CEAS fundou a primeira Escola de Serviço Social do Brasil. Sua criação veio como fruto de uma iniciativa da Ação Católica em sintonia com as demandas do Estado. Até o final do ano de sua fundação, o CEAS foi responsável pela disseminação de mais quatro centros operários que tinham, dentre muitos objetivos, operar na educação familiar, estimulando as jovens operárias a amar o lar, preparando-as para permanecer nessa posição⁸. Essa forma de intervenção estava intimamente conectada com os papéis sociais estabelecidos socialmente para as mulheres cisgêneras⁹ com vistas a preservar a *ordem moral e social* da época.

No Brasil, as profissionais também possuíam a atribuição de zelar pela saúde física e moral das operárias e de crianças, conceder benefícios trabalhistas, atuar em atividades de lazer e educação moral. Inclusive, em 1936, a primeira-dama Darcy Vargas, em sua posição de representação do Estado, se compromete com o apoio do governo a ações da Igreja em dois projetos católicos: criação da Associação Lar Proletário e do Instituto de Educação Social e Familiar, que deu prosseguimento à Escola de Educação Familiar em 1938, e em 1941, teve seu currículo readaptado para o curso de Serviço Social (TONIOLO, 2022).

Naquele mesmo período, o Plano Nacional de Educação (1937) recomendou a diferenciação de tratamento entre homens e mulheres. E em 1941, foi aprovado o “Estatuto da família”, que versava sobre as organizações e proteções das bases familiares (NOGUEIRA, 2018), demonstrando, mais uma vez, como o serviço social não esteve alheio aos processos societários.

Justamente na mesma época, houve a organização para uma Seção de Assistência Social com a finalidade de promover trabalhos aos indivíduos *desajustados*, através do

⁸ Relatório do CEAS durante 1932-1934 e tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital em 1933. (*apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 2014)

⁹ Digo mulheres cisgêneras, pois nesse momento as únicas alternativas para mulheres transexuais eram ou se esconder, ou sofrerem perseguições e mortes. As pautas das mulheres transexuais ainda não eram levadas em consideração no Brasil.

Serviço Social de casos individuais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014). Ou seja, naquele momento a “Questão Social”¹⁰ ainda era vista como “um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas” (YASBEK, 2009, p.8). Ademais, a imagem das assistentes sociais era extremamente conectada com a relação entre as mulheres e o papel do “cuidado natural”. De acordo com Nogueira (2018):

As pioneiras do Serviço Social, oriundas da pequena burguesia, coadunam com a ideologia patriarcal dominante, no que diz respeito ao papel das mulheres na sociedade e, a partir da formação confessional católica, contribuem para forjar a imagem que se requisita de uma assistente social (p. 111)

Muitos dos documentos produzidos pelo CEAS levantavam a ideia da defesa da família e, inclusive, em 1939, houve um convênio entre o Centro e o Departamento de Serviço Social do Estado que teve como resultado “a introdução no currículo da Escola de um Curso Intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 188), demonstrando mais uma vez como os comportamentos de gênero e as organizações familiares são moldadas ao longo do tempo.

O campo de trabalho das primeiras assistentes sociais também exacerbava as relações de gênero impostas à profissão, já que uma das funções atribuídas às profissionais por parte do Estado era trabalhar como Inspetoras de Trabalho de mulheres no Departamento Estadual do Trabalho, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014).

Em 1940, o CEAS organiza os Centros Familiares com a finalidade de instituir uma prática para o Serviço Social pautada na ordenação das famílias com vistas a prevenir suas possíveis desorganizações (CERQUEIRA *apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 2014) através de diversos serviços, na qual destacamos os cursos de formação familiar.

Ainda de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), na Associação Lar Proletário as assistentes sociais eram responsáveis, dentre muitas atividades, por selecionar as famílias aptas a se transferirem para o local após uma apurada pesquisa de suas vidas. Uma das formas de avaliação era investigar se a família atendida era “desorganizada”,

¹⁰ Entende-se por “Questão Social” as desigualdades expostas pelo conflito entre capital e trabalho, bem como as lutas e resistências e as respostas dadas por parte do Estado- que se combina entre Políticas Sociais fragmentadas e/ou repressão.

como pode ser visto através de um relatório demonstrado pelos autores, mas realizado por uma assistente social à época:

8. Orientação moral: família desorganizada, o interessado era caso e, tendo abandonado a esposa, passou a viver com a atual companheira que, pelo seu lado, também era casada, abandonada pelo marido (p.204).

Tal trecho, além de demonstrar o papel moralista das assistentes sociais naquele período, nos traz elementos para refletirmos sobre o ideal de família à época, a monogâmica¹¹ e indissolúvel¹². Além disso, as assistentes sociais dentro das empresas também atuavam com a intenção de auxiliar nos *problemas familiares* e nas *formações morais*¹³:

À medida que aprofundam a experimentação empírica dos “problemas sociais”, por meio das diversas frentes em que se decompõe sua atuação, com maior precisão os Assistentes Sociais veem a necessidade de intervir na crise de “formação moral, intelectual e social” da família. É necessário reajustá-la através de uma ação educativa de longo alcance, para que obtenha um padrão de vida que lhe possibilite um “mínimo de bem-estar material”, a partir do qual se poderá começar sua reeducação moral” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.217).

Em um Inquérito feito pelo Departamento de Assistência Social de São Paulo (*apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 2014), um dos pontos levantados é a “promiscuidade” e a “corrupção dos costumes”, e sabemos muito bem que, à época, os bons costumes estavam relacionados justamente ao padrão heteronormativo branco.

A promiscuidade, enquanto uma ação proibida, tinha como alvo os/as dissidentes sexuais. As profissionais, a partir de 1947 até 1975, eram respaldadas pelo Código de Ética da profissão, inclusive:

Código de Ética de 1947- Seção I (Dos deveres fundamentais):

7. Manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e **bons costumes** da comunidade (ABAS, 1947, p.2, grifos nossos).

¹¹ A relação monogâmica se trata de uma forma de organização da família em que uma pessoa tem apenas um/uma parceiro/a.

¹² A Lei do Divórcio (6.515/1977) no Brasil só foi aprovada em 1977 e, ainda assim, as pessoas que não eram casadas eram discriminadas.

¹³ Iamamoto e Carvalho (2014) resumem o relatório realizado por Yolanda Maciel (1941) acerca da experiência do Serviço Social nas indústrias.

Código de Ética de 1965- Seção I (Dos deveres fundamentais):

Art. 6º - O assistente social deve **zelar pela família**, grupo **natural** para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua **estabilidade e integridade**. (CFAS, 1965, p.2, grifos nossos).

Código de Ética de 1975- Capítulo II (Dos deveres):

VI. Nas relações com a comunidade:

a. **Zelar pela família**, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam sua estabilidade e integridade. (CFAS, 1975, p.6, grifos nossos).

É óbvio que não podemos cair em um anacronismo, mas é importante pontuar que já nos anos de 1970 a temática LGBT+ começava a ser politizada no Brasil e, nos anos de 1980, havia uma solidariedade de associações científicas declarando-se contrárias à discriminação por orientação sexual, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1981 e 1982), a Associação Brasileira de Antropologia (1982 e 1986), a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (1984), a Associação Brasileira de Psiquiatria (1984) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (1984)¹⁴.

Enquanto somente em 1993 é que houve a menção no Código de Ética do Serviço Social a essa pauta, mas com o termo “opção sexual”¹⁵ - que só teve sua alteração para “orientação sexual” em 2011 pela categoria. No entanto, não podemos deixar de considerar que havia assistentes sociais integrando o movimento homossexual à época, mas a militância não fazia parte das entidades da categoria.

Feitas estas considerações, não gostaríamos de cair em uma perspectiva fatalista acerca da história do Serviço Social e a sua relação com a moralidade sexual, no entanto é essencial discutirmos essas problemáticas para compreendermos como a profissão, muitas vezes, se ancorou em políticas repressivas para as famílias, apoiadas pelas ideais

¹⁴ Informações retiradas do documento “Orgulho e resistências: LGBT na ditadura” promovido pelo Memorial de Resistência de São Paulo.

¹⁵ O termo “opção sexual” foi por muito tempo utilizado até mesmo pela luta do movimento homossexual. No entanto, o questionamento político desta expressão aconteceu já no final da década de 80, pois o movimento passou a entender que a ideia de “opção” traz consigo a compreensão de uma escolha individual de uma pessoa, como se ela pudesse escolher por quem se sentirá atraído.

do bem comum, seja pela “neutralidade” frente às normas ou até mesmo pela participação ativa.

Atualmente, é inegável que as entidades da categoria, como CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, estão se pronunciando contra qualquer forma de LGBT+fobia e de patriarcalismo, mas como foi dito anteriormente: o conservadorismo sempre esteve presente, em especial a conexão dele com o cristianismo católico nas protoformas da profissão e, mais recentemente, a maior aproximação com o cristianismo neopentecostal. Dessa forma, também, é inegável que a categoria não é formada por pensamentos cristalizados acerca desta temática.

Em 2006, o CFESS e o CRESS lançaram uma campanha com a intenção de discutir sobre sexualidade, no entanto uma parcela das profissionais foi contra, alegando que existem temas mais importantes a serem debatidos (MESQUITA & MATOS, 2011), o que demonstra uma dificuldade da categoria em indexar esse tema às expressões da questão social e de entender a real importância para as pessoas LGBT+.

Se considerarmos que a ‘questão social’ no Brasil está ligada às características específicas vistas na formação social brasileira, como o racismo, a incitação forçosa à atividade heterossexual, o patriarcado e o capitalismo dependente, é evidente que esses marcadores sociais operam na produção das desigualdades:

O desenvolvimento capitalista e a emergência da “questão social” na cena pública expressam a ausência de ruptura com traços arcaicos da nossa formação social, produzindo, portanto, assimetrias brutais de gênero, sexualidade e raça/etnia. Por isso, é fundamental compreender a “questão social” no Brasil evidenciando como o racismo, o machismo e o heterossexismo operam na produção de desigualdades (ALVES; HORST, 2023, p.153)

Incorporar essa temática como uma expressão da Questão Social, pode nos trazer um avanço na consolidação da produção e nos debates acerca da temática. Falar sobre sexualidade é essencial para uma prática profissional firmada com o Código de Ética e é necessário, em especial na área da saúde, falarmos sobre práticas sexuais e conformações da identidade de gênero, até mesmo para oferecer respostas assistenciais bastante objetivas, como a necessidade de prevenção de ISTs/aids, mas também porque se relaciona aos quesitos subjetivos de cada ser: motivações, desejos, visão de mundo, vulnerabilidades, experiências, valores, vivências, direitos, afetos, entre outros. Falar

sobre sexualidade é necessário para o bem-estar individual dos usuários e, sobretudo, social (MESQUITA, 2001).

Mas refletir sobre a sexualidade, além de refletir sobre o outro, pressupõe uma autorreflexão. E, talvez, uma parcela da categoria não esteja pronta para isso, já que refletir sobre a sexualidade é, também, refletir sobre (e talvez rever) seus próprios preconceitos.

Capítulo 2

Formação profissional e pesquisa em Serviço Social, relações de gênero e sexualidade: questões curriculares e produção técnico-científica atual

“Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica. Assim, há que se colocar um imperativo para a profissão: Ousar saber para ousar transformar.”

Yolanda Guerra (2009, p.17)

No capítulo anterior, foi possível observar como a construção da autoimagem da profissão é perpassada por valores ideológicos ao contar sua trajetória. Inclusive, uma forma de analisar a história do Serviço Social é justamente através da pesquisa, já que ela reflete os campos de interesse que se tornaram e/ou se tornarão objeto de estudo e de intervenção das/os profissionais. Nas palavras de Sposati (2007, p.20), “a pesquisa em Serviço Social elege alguns dos sujeitos e dos movimentos aos quais se dedica com maior intensidade” e é esse ponto que abordaremos mais profundamente neste capítulo.

Embora as temáticas de estudo estejam intimamente conectadas com os fluxos de informações de determinado contexto histórico, econômico, político e cultural, precisamos entender o porquê de certos temas, em especial os relacionados à sexualidade de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, terem pouca capilaridade no Serviço Social, especialmente nas produções dos programas de pós-graduação da área.

Para isso, optamos por iniciar o capítulo fazendo uma breve introdução acerca da formação profissional e da pesquisa em Serviço Social, apontando suas principais conquistas, desafios e contradições. Em seguida, há a apresentação da produção técnico-científica da profissão acerca da temática de diversidade sexual e de gênero durante o ano de 2022 em seis revistas da área, em trabalhos publicados no *site* eletrônico do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado lançadas no mesmo ano. Trata-se assim de uma amostragem, constituída da forma mais ampla possível no escopo de um TCC.

2.1. A pesquisa em Serviço Social: desafios contemporâneos

Embora o Serviço Social enquanto profissão tenha surgido no Brasil entre os anos de 1930 e 1940, o estímulo à pesquisa na área se deu, principalmente, a partir dos anos de 1970 com a criação dos cursos de pós-graduação. De acordo com Kameyama (1998), a refuncionalização e a reforma educacional promovida pela Ditadura empresarial-militar à época foi a responsável pela oferta de cursos de Serviço Social no país, “efetivando a sua inserção no circuito universitário” (p.3).

Mas foi apenas com o Movimento de Reconceituação que houve uma intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional ligado aos ideais católicos e uma maior aproximação com o pensamento crítico marxista da profissão. A partir desse momento, observou-se uma preocupação com a produção de conhecimento na área, já que “ao questionar sua ‘base científica’ europeu-americana, a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social se fortalece” (SPOSATI, 2007, p.17).

Todavia, foi somente em 1982 que a pesquisa se tornou uma disciplina obrigatória nos cursos da profissão (Idem, 2007)¹⁶ e foi a partir de 1985, que o Serviço Social passou a ser reconhecido pelos órgãos de incentivo à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (KAMEYAMA, 1998).

Desse modo, podemos observar que a importância da pesquisa dentro da categoria profissional se deu a partir de uma construção feita pelos/as próprios/as profissionais ao longo do tempo: nunca foi uma realidade dada. Inclusive, foi um processo árduo para que o Serviço Social se consolidasse enquanto uma área de atuação capaz de produzir conhecimento compatível com a de outras profissões, especialmente quando refletimos sobre as chamadas profissões imperiais¹⁷.

¹⁶Foi após 14 anos da obrigatoriedade da disciplina Pesquisa em Serviço Social nos cursos da profissão que a então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), incorporou o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS), alterando seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (a atual ABEPSS).

¹⁷ As profissões imperiais são aquelas remontadas ao período do Império no Brasil: Direito, Engenharia e Medicina. Seguindo o pensamento de Barbosa (1994) *apud* Vargas (2010), as profissões “tornam-se grupos sociais com grande capacidade de organizar as relações sociais, capacidade essa que passa a influenciar a estruturação e hierarquização do mundo social como um todo” (p.109). Dessa forma, o que existe no Brasil é uma hierarquia entre as profissões com maior e menor prestígio. As profissões “merecedoras” de investimento e as que não precisam de financiamento algum, as que são capazes de produzir um conhecimento considerado científico e as que não.

Como abordado no primeiro capítulo, o Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na Divisão Sociotécnica do Trabalho (DST) e no âmago do sistema capitalista, não está imune aos processos contraditórios promovidos pelo capital. De um lado, respondemos aos interesses da população usuária, no entanto, concomitantemente, há uma resposta aos interesses da burguesia e do Estado. Atualmente, um dos maiores exemplos dessa dupla tensão está relacionado à principal demanda socioinstitucional para assistentes sociais: os programas de transferência de renda e as demais políticas com foco na extrema pobreza. Tal demanda torna-se um grande desafio à prática profissional, à construção de uma formação crítica e ao desenvolvimento de pesquisas.

Embora a/o profissional que lida diretamente com a/o usuária/o esteja produzindo um tipo de conhecimento decorrente da sua presença em práticas concretas (SETUBAL, 2002), nesse contexto de ofensiva neoliberal, a pesquisa vem sendo, muitas vezes, deixada de lado pelas demandas cotidianas, já que a/o assistente social não tem tempo para refletir sobre as questões que enfrenta. Nas palavras de Kuenzer (2006) *apud* Koike (2009), “o trabalhador, além da escassez de emprego, vai enfrentar a obsolescência do seu saber e a perda de organicidade da sociabilidade produzida no fordismo/keynesianismo” (p.4).

Dessa forma, o contexto é propício para que as/os profissionais caiam na armadilha de reproduzir apenas as demandas impostas pela instituição sem fazerem uma análise das questões que envolvem as/os usuárias/os à luz da totalidade. Isto é, sem entenderem as particularidades de determinada situação dentro de um todo, ou seja, pelo lugar e função de tal especificidade na totalidade social (LUKÁCS, 1996) e sem realizarem a devida articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como preconiza a ABEPSS.

Além da sobrecarga de demandas cotidianas, outro desafio contemporâneo à pesquisa por assistentes sociais é a mercantilização do ensino superior¹⁸, que tem como uma de suas expressões a difusão dos cursos de educação a distância (EAD)¹⁹ em

¹⁸ De acordo com pesquisa realizada pelo CFESS em 2022, 71,09% das/os assistentes sociais inscritas no CRESS em dezembro de 2019 se formaram em instituições de ensino superior privadas.

¹⁹ Graduadas/os em EAD já correspondem a 16, 26% (7.189). Somando-se a graduadas/os em modalidade semipresencial esse número sobe para 24,03% (10.625) (CFESS, 2022, p.64). Isto significa que em cada dez assistentes sociais graduados/as no país, quatro não frequentaram uma sala de aula regular e tampouco tiveram outras vivências importantes que a formação presencial pública faculta: militância estudantil, bolsas de extensão, iniciação científica e monitoria, espaços cotidianos de debate com docentes e outros agentes educacionais, entre outras.

faculdades privadas, com significativa perda na qualidade de ensino e com disciplinas voltadas ao mercado²⁰. Mas que, de forma contraditória, ampliam o acesso ao ensino superior de parcelas da classe trabalhadora ao passo em que tornam o tornam um espaço de acumulação de capital (LEHRER, 2018; 2019 *apud* CFESS, 2022).

Ademais, há de se mencionar o desafio com incentivos financeiros baixos e/ou insuficientes para bolsas de pesquisa no Brasil, impactando a formação das/os atuais estudantes de graduação e o aperfeiçoamento de profissionais que já estão inseridas/os no mercado de trabalho, principalmente com relação a bolsas de mestrado e doutorado. Isto foi demonstrado em Relatório do CFESS (2022): apenas 9% das/os profissionais realizaram algum curso de pós-graduação *stricto sensu*.

Com estas questões postas, é necessário que as/os assistentes sociais estejam em constante vigília. A pesquisa, neste momento, pode se tornar uma das aliadas para realizar esse movimento de romper com a imediatividade absoluta, já que “trata-se de construir um saber que se situe não só como fator explicativo e unificador da transformação social, mas que contribua efetivamente para o processo de mudança” (KAMEYAMA, 1998, p.13).

A pesquisa, desta forma, pode ser vista como uma “mediação privilegiada entre conhecimento e realidade” (GUERRA, 2009, p.5), sendo que a qualidade de uma, tem íntima relação com a realização da outra (Ibidem, 2009). Dito isto, com um acervo teórico relacionado à determinada realidade da/o usuária/o, à luz da totalidade social e com uma boa articulação com a prática, a/o assistente social pode trilhar uma estratégia de ação para sua intervenção, pois como diz a referida autora:

[...] Este perfil de profissional, entre outras exigências, determina a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao *ethos* do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional (p.1).

Mas, se considerarmos que a discussão técnico-científica ainda não está tão frequente nos espaços sócio-ocupacionais onde se dá a atuação de assistentes sociais devido, entre outros aspectos, à frequente sobrecarga e às condições deletérias de trabalho e, em alguns casos, há certo menosprezo da articulação entre pesquisa e prática. É neste

²⁰ Como exemplo citamos a matéria “Empreendedorismo criativo” encontrada na Grade Curricular de uma faculdade EAD de Santa Catarina ao realizarmos uma rápida pesquisa na plataforma de buscas Google (Disponível em: < <https://portal.uniasselvi.com.br/graduacao/bacharelado/servico-social/ead> >)

contexto que podemos perceber uma resistência ainda maior de parte da categoria para certos temas entrarem na agenda de produção de conhecimentos, como é o caso da diversidade sexual e de gênero.

2.2. A produção técnico-científica do Serviço Social e os temas da diversidade sexual e de gênero

Antes de apresentarmos os dados coletados, é necessário que façamos algumas advertências ao leitor. Primeiramente, o referencial adotado neste trabalho entende a pesquisa como um processo e tem um marco temporal determinado, ou seja, o conhecimento sempre é aproximado da realidade²¹.

Em segundo lugar, a amostra deste Trabalho de Conclusão de Curso é limitada e restrita frente à amplitude das produções técnico-científicas já publicadas por assistentes sociais no Brasil. Por essa pesquisa ser apenas o início de uma trajetória acadêmica, de forma alguma, tivemos a intenção de esgotar todas as produções da categoria. Além do estudo se referir somente ao ano de 2022, devemos fazer a ressalva de que muitas das revistas analisadas optam por escolher um ou dois eixos temáticos a cada ano, influenciando nossas análises. Em outras palavras, não são revistas de tema livre. Assim, o que analisamos aqui é uma amostra da produção técnico-científica da profissão.

Na construção de tal amostra, buscamos produções técnico-científicas de diversos formatos, desde artigos acadêmicos, até mostras fotográficas (quando eram acompanhadas por texto antes), entrevistas, resenhas, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Para construirmos este breve estado da arte²², dividimos o estudo em algumas fases. A primeira fase foi dividida em três etapas, sendo:

²¹ De acordo com Setubal (2002), não importa quão totalizante é análise de um pesquisador sobre determinado objeto, o conhecimento sempre será aproximado.

²² Estado da arte se refere a uma forma de pesquisa bibliográfica que, de acordo com Ferreira (2002), “parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (p.258).

- Etapa I: pesquisa na Plataforma Sucupira²³ da CAPES com todas as revistas classificadas no quadriênio 2017-2020;²⁴
- Etapa II: nas revistas pesquisadas, foi feito o recorte apenas para as revistas de Serviço Social;
- Etapa III: dentro das revistas de Serviço Social, houve um novo recorte para deixar apenas as revistas de Serviço Social do Brasil com classificação A1 e A2 com textos publicados no ano de 2022.

Levando em consideração os recortes feitos, foi possível observar seis revistas cumprindo todos esses parâmetros. Foram elas: *Serviço Social & Sociedade*²⁵; *Revista de Políticas Públicas*²⁶; *Revista Katálisis*²⁷; *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*²⁸; *Ser Social*²⁹; *Temporalis*³⁰.

Após este levantamento, foi feita uma busca em cada artigo das revistas através das palavras-chave: “gênero”, “homem”, “mulher”, “transgênero”, “cisgênero”, “LGBT”, “sexualidade”, “sexo”, “heterossexualidade”, “homossexualidade” e

²³A plataforma Sucupira é uma plataforma digital resultante da parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através de um termo de cooperação assinado em 2012, com o intuito de se promover enquanto um “sistema destinado a coletar informações dos programas de pós-graduação e estabelecer os procedimentos de avaliação com transparência para toda a comunidade acadêmica” (MEC, s.d.), além de funcionar como base de referência para o Sistema Nacional de Pós- Graduação.

²⁴ O quadriênio 2017-2020 é o mais atual na Plataforma Sucupira durante a realização desta monografia.

²⁵ A revista Serviço Social & Sociedade é vinculada à Cortez Editora e publica exemplares desde 1979. De acordo com o próprio periódico, a revista se apresenta com uma política editorial “pautada pela diretriz de dar voz a essa valiosa produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, repercutindo também o desenvolvimento sociopolítico do Serviço Social e o pensamento de suas entidades representativas” (Disponível em: < <https://www.scielo.br/journal/ssoc/about/#about> >

²⁶ A Revista de Políticas Públicas está em circulação desde 1995 e é vinculada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ela destina-se à disseminação do conhecimento com relação ao campo das Políticas Públicas. (Disponível em: < <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/index> >

²⁷ A Revista Katálisis foi criada em 1997, vinculada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social e pelo curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Seu objetivo é “publicar produções científicas atuais e relevantes para os campos do Serviço Social, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Política Social, Trabalho, Questão Social e Saúde Pública” (Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index> >).

²⁸ A revista Em Pauta foi criada em 1993, vinculada à Faculdade de Serviço Social da UERJ e ao Programa de pós-graduação em Serviço Social. A centralidade da revista está em compreender “as determinações e em contradições sócio-históricas que envolvem a esfera da política e o mundo do trabalho, com destaque para as lutas sociais no Brasil e nos países hispano-americanos.” (Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta> >).

²⁹ A revista Ser Social foi criada em 1995 vinculada ao Programa de pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Seu foco está em publicar trabalhos sobre assuntos atuais e com relevância no âmbito da Política Social, Serviço Social e áreas afins. (Disponível em: < https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/about >)

³⁰ A revista Temporalis foi criada em 2000 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ela está destinada a publicações de trabalhos sobre temas atuais e relevantes do Serviço Social e áreas afins. (Disponível em: < <https://www.abepss.org.br/revistatemporalis-76> >)

“*orientação sexual*”. As produções que continham esses termos, eram adicionadas a uma planilha no *Excel* para uma análise posterior mais aprofundada.

O objetivo do estado da arte foi entender se nos textos levantados houve um desenvolvimento acerca da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. Em certas pesquisas verificamos que havia a menção a relações de gênero, mas no desenrolar do texto havia a lógica binária de homem x mulher (cisgêneros). Compreendendo as especificidades de mulheres e homens transgêneros, adicionamos à tabela a seguir apenas aqueles textos que explicitavam de forma clara se tratar de uma perspectiva para além da cisgeneridade³¹ e textos que se referiam a sexualidades LGBTQ+.

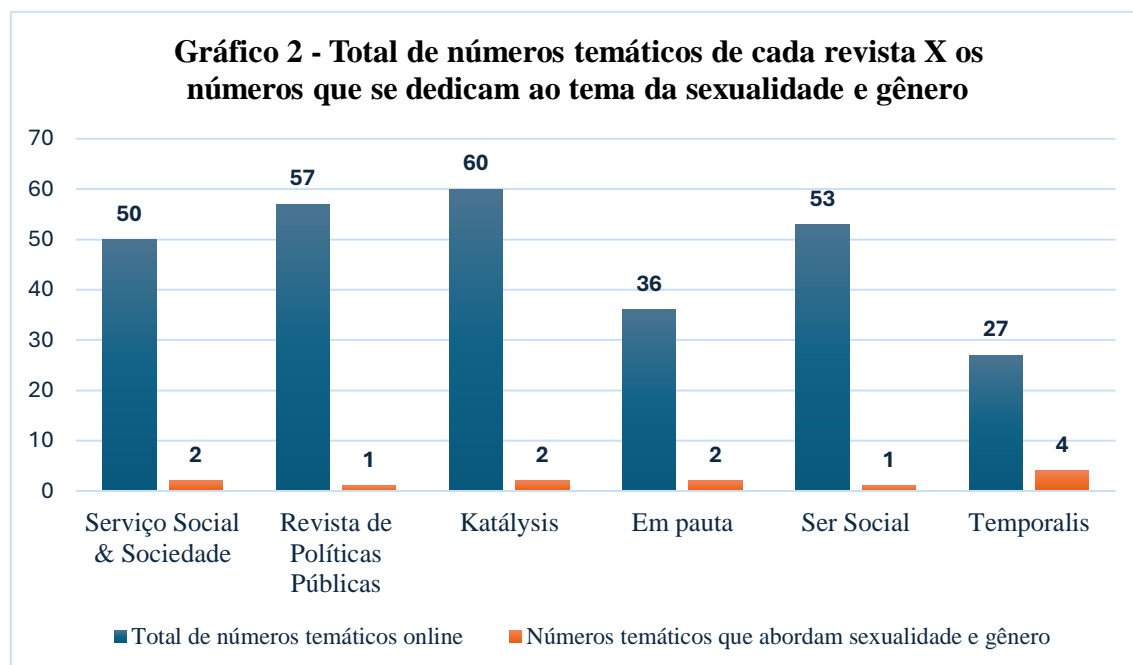


Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

Como foi dito anteriormente, reconhecemos que a escolha do tema dos números temáticos influencia profundamente nos textos que serão publicados a cada ano. Dessa forma, fizemos também um levantamento dos núcleos temáticos já eleitos pelos respectivos conselhos editoriais das revistas acima, a partir das produções disponibilizadas de forma *online*. Devemos advertir que o fato de o número temático não ser escolhido, não elimina a probabilidade de um texto sobre sexualidade e gênero ser publicado em uma outra edição que não trate especificamente sobre o tema.

³¹ Uma pessoa cisgênera é aquela que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Sendo assim, quando falamos sobre uma perspectiva para além da Cisgeneridade nos referimos à busca por textos que levam o leitor a refletir sobre as pautas das pessoas trans e travestis.

Dentre os periódicos, a *Revista de Políticas Públicas* é a mais antiga com relação às suas edições disponíveis *online*, sendo do ano de 1995, seguida da *Katálysis* (1997), *Ser Social* (1998), *Em pauta* (2007), *Serviço Social & Sociedade* (2010) e *Temporalis* (2010). Sendo assim, nesta parte do levantamento foram analisadas revistas desde 1995 até 2024. Na tabela a seguir, inserimos o total de números temáticos disponíveis *online* e a quantidade de vezes em que a temática da sexualidade e do gênero foi temática principal de estudo das revistas a partir da definição pelo Conselho Editorial.



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

É possível observar que a revista *Temporalis* foi a que mais dedicou núcleos temáticos ao tema, embora tais edições tenham sido em anos espaçados (2008, 2014 - com dois números de um volume - e 2024). As outras revistas também não tiveram um processo diferente. A superioridade numérica da *Temporalis* precisa ser situada. Ela se deve à proximidade que ela tem com as demandas dos Grupos Temáticos (GTPs) de caráter permanente vinculados a ABEPS³². Os GTPs têm encontros presenciais durante

³² Conforme a página eletrônica da própria ABEPS, “reconhecidamente como necessários à reflexão teórica, os Grupos Temáticos de Pesquisa mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e

a realização dos ENPESS (Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social), mas eles também podem se reunir eventualmente em outros espaços de encontro da categoria e/ou através de grupos virtuais.

Um papel importante na presente discussão tem sido exercido pelo GTP denominado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”. Ele se compõe de quatro eixos, abaixo descritos:

1 – Sexualidades, identidades de gênero e direitos

Sexualidades hegemônicas e dissidentes e a multiplicidade das expressões de feminilidade e masculinidade presentes no escopo das relações sociais. Historicidade da sexualidade e das identidades de gênero e a produção das desigualdades sociais. Interseccionalidade, consubstancialidade, co-extensividade e outras perspectivas integradoras das múltiplas desigualdades e opressões existentes na sociedade. Movimentos e lutas sociais articulados em torno da sexualidade e expressão de gênero. Direitos sexuais e direito à expressão de gênero como direitos humanos. Políticas sexuais, com ênfase nas políticas públicas de enfrentamento das desigualdades relacionadas à sexualidade e à expressão de gênero. Relações entre sexualidade e identidades de gênero e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

2 – Relações patriarcais de gênero e raça

Divisão sexual e racial do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo, sistema capitalista patriarcal e racista, violências sexistas e racistas contra mulheres nos espaços públicos e privados.

3 – Relações étnicos raciais e desigualdades / Antirracismo e Serviço Social

Raça/etnia, racismo e capitalismo. Teorias raciais e pensamento social na formação brasileira: do século XIX à contemporaneidade. Estado, raça/etnia e racismo institucional no Brasil. O Movimento Negro e suas múltiplas formas de resistência e organização. Movimento de Mulheres Negras e o enfrentamento do racismo, sexismo, lesbohomotransfobia no Brasil: a contribuição do feminismo negro. Políticas públicas de equidade. Ações afirmativas no Brasil. Questão social e questão étnico-racial na formação profissional e no exercício profissional.

4 – Feminismos e Serviço Social

Vertentes teóricas e políticas do feminismo. Feminismo negro e feminismo lésbico.

fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica, são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS” (2024).

Particularidades das lutas das mulheres na América Latina. Articulação entre feminismo e Serviço Social.

Tais eixos que compõem a ementa do GTP foram elaborados de forma democrática, reunindo pesquisadores/as de todo o país, nos seus fóruns, procurando abranger ao máximo a amplitude de temas que compõem a agenda da categoria. Atualmente, ele é coordenado pela professora Marcia Campos Eurico (UNIFESP), junto dos professores Marco Duarte (UFJF), Maria Ilidiana Diniz (UFERSA) e Janaiky Pereira de Almeida (UFRN). A gestão é eleita a cada dois anos, por ocasião do ENPESS.

O papel que o GTP desempenha tem sido estratégico no alargamento do debate da categoria acerca das relações de gênero, étnico-raciais e sexualidade. Tem sido também o GTP que ao longo de algumas gestões tem pautado a revista *Temporalis*.

A revista *Em pauta* fez sua primeira revista dedicada ao tema em 2011 e somente 10 anos depois realizou novamente. A *Katálysis* fez seu primeiro eixo temático sobre o tema em 2010 e, depois, somente em 2018; a *Serviço Social & Sociedade* realizou uma edição somente em 2018 e, outra mais recentemente, em 2023. A *Revista de Políticas Públicas* teve uma única edição em 2010 e a revista *Ser Social* uma única em 2008.

Pode-se concluir, portanto, que a produção sobre gênero e sexualidade de todas as revistas consultadas emergiu a partir de 2008 e diminuiu sensivelmente a partir de 2016. É bom lembrar que em 2004, o Governo Federal publicou o Programa Brasil Sem Homofobia. Ele tem como um dos seus objetivos centrais “a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos” (Biblioteca Virtual em Saúde, 2024) e foi produzido em articulação com a sociedade civil organizada.

Em 2007, o Governo Federal também convocou a primeira Conferência Nacional GLBT³³ da história do país, após um período de mobilizações do movimento LGBT em nível municipal e estadual, com realização de conferências intermediárias em todo o país. Estes são apenas dois dos marcos principais na arena das políticas públicas que incidiram para que tais temas obtivessem visibilidade, inclusive na agenda do Serviço Social.

³³ Após a I Conferência a sigla tornou-se LGBT, como uma das deliberações da Conferência. Foi uma reivindicação das militantes lésbicas, que julgaram que, desta maneira, haveria uma maior visibilidade para um segmento que enfrentou processo históricos de invisibilização até mesmo no interior do movimento LGBT+.

Além disso, a primeira década do século XXI também foi marcada pelo surgimento em muitos lugares do país de Centros de Referência especializados na população LGBT, de ambulatorios e outras unidades de saúde voltadas ao processo transexualizador e, simultaneamente, pela agudização do conflito das forças progressistas com a extrema direita, notadamente em temas como planejamento familiar, aborto, diversidade sexual e de gênero, entre outros.

Vale lembrar ainda que a segunda década do século XXI trouxe consigo também outras mudanças em termos de marcos normativos e legais envolvendo a população LGBT+, como a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo gênero (2011), a possibilidade de requalificação civil extrajudicial para pessoas trans (2018) e a criminalização da LGBTfobia (2019). Além de conquistas de direitos importantes e sonhados até então a estas populações, estes marcos também possibilitaram maior visibilidade e atribuíram importância pública cada vez maior a chamada “agenda dos costumes”.

Desta forma, tais temas perderam parte considerável do status de pautas minoritárias e excêntricas trazidas por militantes para a agenda profissional, para se inscreverem como parte importante do cotidiano profissional.

A escolha de um número temático dedicado especialmente ao tema reflete uma disputa ético-política e teórico-conceitual importante para a categoria profissional e parece indicar um claro incentivo dado a respeito de certos assuntos, já que as revistas focadas no tema se tornaram instrumentos de referência para a formação.

A partir disso, propomos uma reflexão: levando em consideração que pessoas transexuais e travestis são as mais afetadas por relações de trabalho precarizadas e por sistemáticas violações de direitos em todos os âmbitos da vida social, não é, no mínimo, curioso que ainda existam periódicos da profissão com o tema “questão social”, mas sem nenhuma menção a pautas da diversidade sexual e de gênero para além da cisgeneridade?

Como a maior parte da categoria profissional está ligada à perspectiva crítica e marxista, uma das explicações pode estar relacionada ao conceito de *relações sociais de sexo* ou *rapports sociaux de sexe*, difundido especialmente pelo feminismo materialista, em oposição ao conceito de *gênero*. De acordo com Cisne (2014), esse primeiro conceito surgiu no início dos anos de 1980 com estreita ligação aos estudos sobre a Divisão Sexual do Trabalho.

Ao refletirmos sobre esse fato, nos remetemos a Brito; Almeida; Almeida (2020) a respeito desta divisão:

O conceito de divisão sexual do trabalho emergiu em torno de concepções rígidas de masculinidades e feminilidades, e, neste sentido, a diversidade trans não se constituiu objeto (direta ou indiretamente) de atenção nos estudos pioneiros acerca da divisão sexual do trabalho (p.49).

Dessa forma, tais temáticas são tratadas apenas como acessórias ou como *cortinas de fumaça*, ou seja, são vistas como distrações de temáticas “*de fato importantes e necessárias*”. Por parte deste viés interpretativo, há uma diferenciação intransponível entre *exploração* de classe e *opressões* de gênero, raça, etnia, sexualidade etc., destacando-se hierarquicamente a exploração analítica da classe social, em detrimento dos marcadores de diferenças sociais.

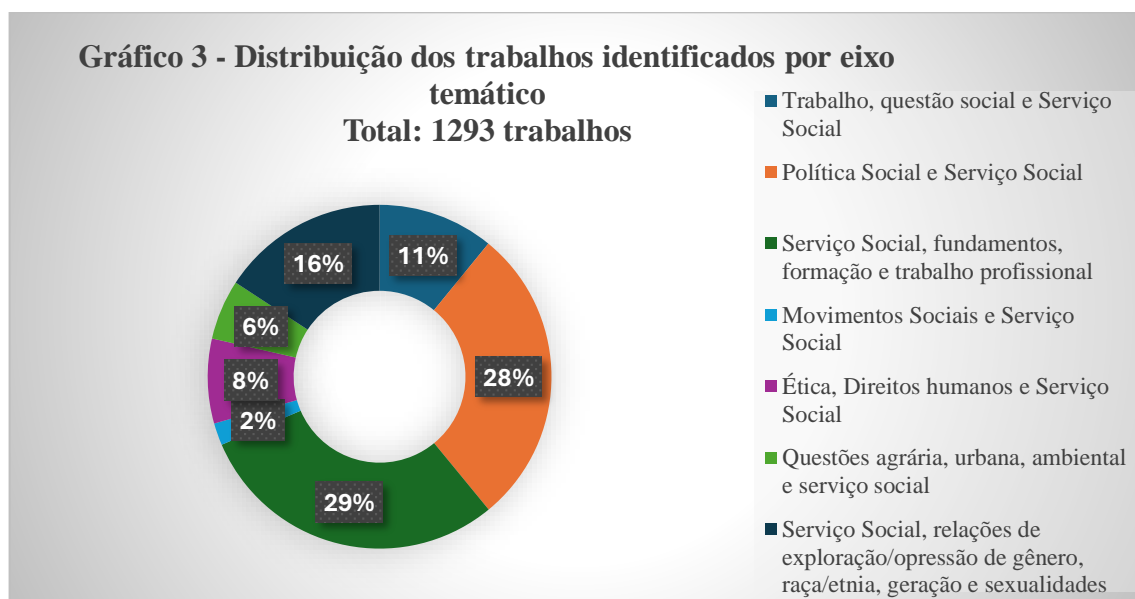
Nesta perspectiva, o foco dos estudos deve estar na centralidade do trabalho e do marcador de classe, muitas vezes colocado acima dos demais. No entanto, é preciso levar em consideração que a classe trabalhadora é formada por uma cor específica, por um gênero, por diferentes expressões da sexualidade e dos gêneros, por diferentes pertencimentos étnico-raciais, territoriais, geracionais, entre outros marcadores sociais de diferenças. Ou seja, nas palavras de Ferreira (2022),

[...] mais importante, é a ultrapassagem, no campo crítico, de interpretações que insistem no dualismo entre relações de exploração e opressão, onde a primeira é estrutural e estruturante e a segunda é uma ‘particularidade’ e ‘complementariedade’, ‘identitária ou identitarista’, da luta de classes (p.65)

Nesta monografia, não se refuta a centralidade do trabalho na vida social, tampouco a importância da inserção de classe social, mas compreende-se a importância equivalente de outros marcadores sociais na construção dos modos de vida de indivíduos e grupos sociais.

Outra fase da pesquisa foi adentrar nos trabalhos publicados na página eletrônica referente ao XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (XVII CBAS), realizado em 2022, no Rio de Janeiro (RJ). Através da página, observamos que 1293 trabalhos foram publicados no Congresso. Eles foram divididos nos seguintes eixos temáticos pela plataforma: a) *Trabalho, Questão Social e Serviço Social*; b) *Política Social e Serviço Social*; c) *Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional*; d) *Movimentos sociais e Serviço Social*; e) *Ética, Direitos Humanos e Serviço Social*; f) *Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social*; g) *Serviço Social, relações de*

exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. O gráfico 3 mostra a divisão dos 1293 trabalhos e sua distribuição em eixos temáticos³⁴.



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

Observamos no gráfico acima a predominância de trabalhos no eixo “Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional”, seguido pelo de “Política social e Serviço Social”, o que parece sinalizar para a existência de um esforço reflexivo sobre os sentidos destas temáticas no trabalho profissional, bem como de analisá-los no escopo das políticas sociais em que a população usuária LGBT+ está inserida, o que pode ser bastante rico, porque aponta uma tendência de pensar nas intervenções profissionais feitas com esta população.

Como o foco deste trabalho está relacionado à sexualidade e gênero, demos, entretanto, um foco maior no eixo *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades*. Foi possível apreender que dentre os 204 trabalhos daquele eixo, 62 se referiam a raça/etnia; 101 a gênero; 20 sobre sexualidades e 21 sobre geração.

³⁴ Importante mencionar que é possível encontrar um trabalho que esteja em mais de um eixo temático, porém isso não é uma prática comum.

Gráfico 4 - Subtemas do eixo "Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades"



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

Após isso, realizamos uma busca em cada um dos 121 textos dos subtemas “gênero” e “sexualidades” através das mesmas palavras-chave usadas nos artigos das revistas analisadas anteriormente. No entanto, devemos fazer mais uma advertência: pode acontecer de um texto estar disperso dentro de outro eixo temático e pode, inclusive, ser uma estratégia política de autores/as, dispersar esse assunto em outros eixos, proporcionando maior capilaridade aos debates. Há inclusive uma discussão já antiga no interior do GT sobre a pertinência de manter estes temas majoritariamente circunscritos a um único GT.

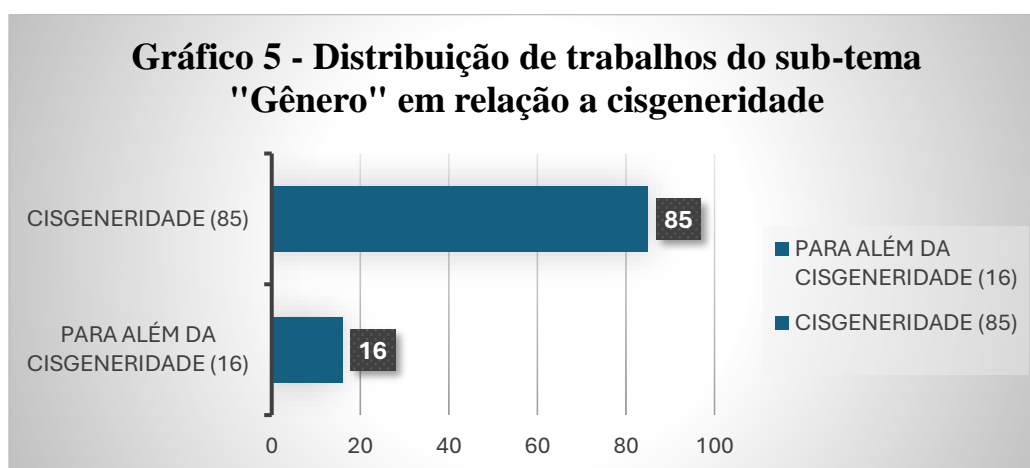
No subtema *sexualidades*, notamos que um texto inserido pelo filtro da plataforma entrou por se tratar de violência sexual e não com o foco que gostaríamos de analisar. Dessa forma, restaram 19 textos para lermos. Desse quantitativo, 16 abordavam diretamente a comunidade LGBTQ+ e 2 outros falavam sobre sexualidade de uma forma genérica, sem termos a possibilidade de definir se era a partir de uma perspectiva heterossexual ou não.

Embora o subtópico *gênero* tenha sobressaído os demais, observamos que apenas 16 deles dissertavam de forma explícita sobre a transgeneridade. Os 85 textos restantes não deixavam clara uma perspectiva de gênero para além da cisgeneridade. É importante esta afirmação porque se trata de um CBAS em 2022, portanto situado num contexto histórico em que as identidades não binárias são amplamente discutidas na cena pública brasileira, tanto pelas forças políticas progressistas quanto conservadoras, com um forte

impacto na implementação de políticas sociais como as de saúde, de educação, assistência social, direitos humanos, previdência social, entre outras.

No escopo do movimento LGBTQ+ a temática da travestilidade, transexualidade e, mais recentemente do não binarismo, tem tido uma importância crescente desde os anos de 1990. No interior das políticas sociais, além de atender a população LGBTQ+ como parte da população em geral, assistentes sociais têm sido chamados a desenvolver trabalhos diretos com tal população em centros de referência LGBTQ+ (distribuídos nos níveis municipal e estadual), em ambulatorios TT, em hospitais universitários ligados ao processo transexualizador, em ONGs que compõem o próprio movimento social organizado, em escolas e universidades, entre outros espaços sócio-ocupacionais.

Desta forma, surpreende um número tão reduzido de trabalhos publicados no XVII CBAS sobre tais temáticas.



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

No gráfico 5, podemos observar que a perspectiva de gênero admitida por trabalhos publicados no XVII CBAS foi majoritariamente binária e cisgênera. Esta afirmação é preocupante, porque ainda que a maior parte dos trabalhos possam ser inspirados numa população predominantemente cisgênera, a possibilidade da discussão da transgeneridade sequer foi mencionada pelos/as autores/as. Ao que parece, a discussão da transgeneridade parece ser tomada como eletiva: um interesse que assistentes sociais podem ter ou não a depender da existência explícita de pessoas trans no cotidiano institucional. Sabe-se, entretanto, que, se no próprio olhar profissional, tal interesse não

existe, é pouco provável que a existência de pessoas trans seja percebida ou considerada como significativa.

Além disso, a exemplo dos processos políticos desencadeados por ocasião da defesa do quesito raça/cor, o quesito identidade de gênero precisa ser construído como relevante no interior das instituições, a fim de que esta população possa ser visibilizada.

Dos 16 textos que abordavam relações de gênero para além da cisgeneridade, buscamos classificá-los em subtemas, como pode ser visto na Tabela 1 a seguir. Os subtemas que elencamos foram obtidos a partir da leitura dos próprios trabalhos e suas palavras-chave.

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhos do XVII CBAS sobre gênero em subtemas

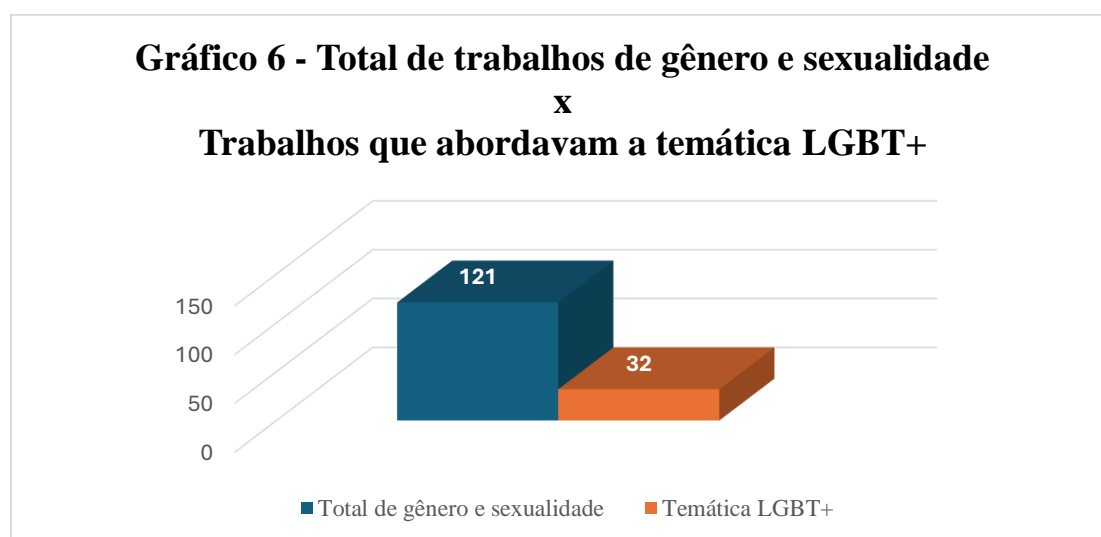
SUBTEMA	TÍTULO	AUTOR/ES/AS	ANO
Direito à saúde	Direito à saúde de crianças e adolescentes, dissidentes de gênero: pautas para o serviço social	Liliane de oliveira caetano; Terezinha de Fatima Rodrigues	2022
Direitos LGBTQ+	Diversidade de gênero, sexualidade e direitos humanos- algumas reflexões sobre dissidência de gênero e políticas públicas na formação social brasileira	Marcia Cristina Brasil Santos; Clara Azevedo De Araújo; Eloisa Da Silva Xavier; Lucas Da Costa Brandão; Mariana Camargo Tumonis Oliveira	2022
Direitos sexuais e reprodutivos; Políticas Sociais	Direitos sexuais e reprodutivos: uma análise das políticas sociais nos governos Michel Temer (2016/2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019/2020)	Ana Luiza Rosenbaum Bianchetti	2022
Feminismos	Sexo, raça/etnia e classe na trajetória histórica dos feminismos: subsídios para pensar a luta das mulheres na contemporaneidade	Marcia Cristina Brasil Santos; Ludimila Souza dos Santos Vasconcelos; Samanta de Rezende Crolman	2022
Feminismos; Conceitos de gênero	Notas sobre gênero nas trilhas históricas feministas	Poliana Machado Gomes da Silva	2022
História do Serviço Social; patriarcado	A relação entre patriarcado e a gênese do Serviço Social	Bruna Silva De Mattos; Bruna Rafaela Nascimento Dos Reis; Monique Bronzoni Damascena; Leonardo Macedo Rodrigues	2022
Literatura feminista	A experiência do clube de leitura Carolina Maria de Jesus: desafios e possibilidades na construção de uma cultura de respeito ao diverso e anticapitalista	Virgínia Alves Carrara; Mariana Brito Horta Nogueira; Ana Luiza Rodrigues Pereira; Suellem Cristiane Dos Santos; Aline Egidio Lopes Antonio	2022
Movimentos Sociais; Garantia de direitos	A potencialidade das lutas feministas por direitos para a emancipação de mulheres no Brasil	Miriam De Oliveira Inacio; Karinna Lucia De Melo Macena; Eveny Lays Fernandes Lima	2022
Neoconservadorismo; direitos sexuais e reprodutivos; opressão de gênero	Neoconservadorismo e a questão de gênero: a restauração de uma ordem moral ameaçada	Laura Juliana dos Santos Cassiano; Andrea Pacheco de Mesquita	2022
Neoconservadorismo; Ideologia de gênero	Ideologia de gênero, uma das facetas do neoconservadorismo: necessidades de enfrentamento	Alan de Loiola Alves; Claudia Cristina de Souza Santos	2022
Neoconservadorismo; Opressão de gênero	Desigualdade de gênero no governo Bolsonaro: reflexões sobre a manutenção do conservadorismo pela via da religião	Maira Carvalho Pereira; Leonardo Patrício de Barros	2022
Violência	"Esse ano eu não morro?" Crimes de ódio: a LGBTQfobia no Brasil	Thiago Aparecido Aranha dos Santos; Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana; Priscila Sales Picoli; Christiane Shoihi Sato	2022
Violência	Gênero e relações de poder: considerações sobre a violência contra as mulheres- um estudo reflexivo	Georgia Vieira de Sousa; Georgia De Mendonça Nunes Leonardo	2022
Violência; Prática profissional	A atuação do assistente social no enfrentamento da violência de gênero contra mulheres, em uma UPA/24 do Estado de São Paulo: uma sistematização da experiência	Wellington Severino Alves Mamede; Maisa Bozelli Vieira; Dinair Ferreira Machado	2022
Violência; Prática profissional	Atendimento a situações de violência contra pessoas trans: possibilidades para o exercício da dimensão educativa do Serviço Social	Aline Maia Diniz	2022
Violência; Prostituição; Relações de poder	Poder e violência na prostituição de mulheres trans no Rio de Janeiro	Mably Trindade	2022

Fonte: Tabela elaborada pela própria autora (2024)

Ou seja, do total de 121 trabalhos relacionados a gênero e sexualidade, podemos afirmar que apenas 32 abordavam de fato a temática de lésbicas, bissexuais, gays,

travestis e transexuais. Nos demais, os subtemas predominantes foram feminismos e violências, indicando aí a prioridade da agenda da categoria com relação ao subeixo.

Uma possível explicação para isso, talvez seja a importância que os feminismos adquiriram no país nos últimos vinte anos, atraindo para si o olhar de uma parte da categoria (de base feminina) e, também, o fato de que a sexualidade em si não tende a ser percebida como uma área de atuação de assistentes sociais, exceto quando se trata de violência. Daí, podemos cogitar que haja uma visão de que a sexualidade em si é um tema de atuação apenas das profissões do campo *psi* e da sexologia, ou seja, estaria situada no território restrito da subjetividade. Há baixa interlocução da categoria com a produção sobre sexualidade oriunda das ciências sociais.

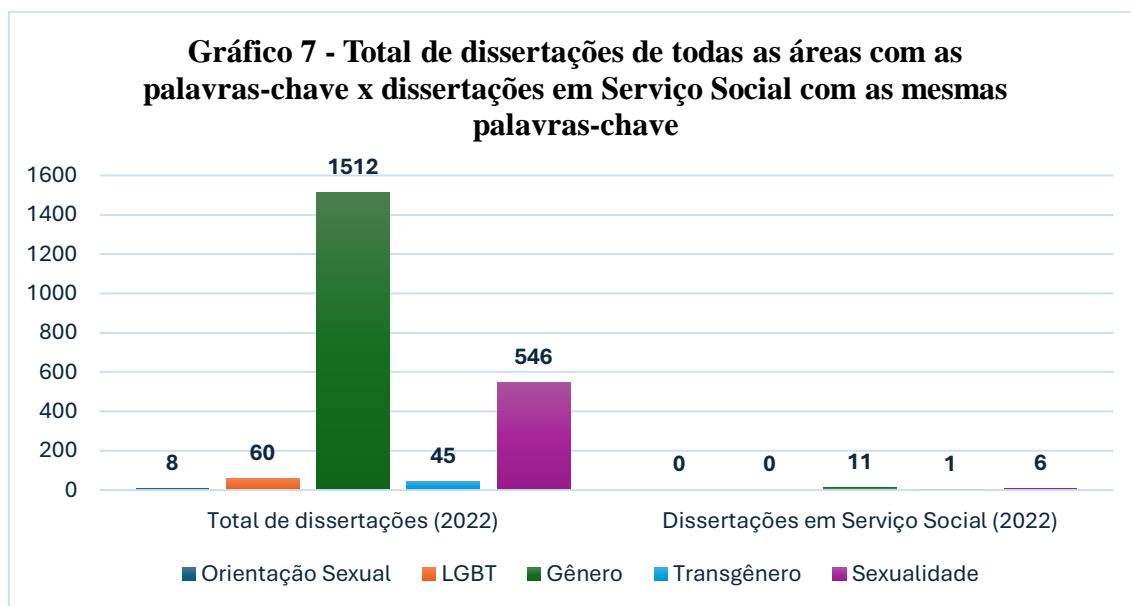


Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

Com relação a dissertações de mestrado e teses de doutorado, foi feita a pesquisa na Plataforma *Sucupira* da CAPES, com o levantamento dos trabalhos publicados durante o ano de 2022 através das palavras-chave: “*Orientação sexual*”, “*LGBT*”, “*Gênero*”, “*Transgênero*” e “*Sexualidade*” no próprio filtro da plataforma. Na Tabela 2, a seguir, será possível observar o total de dissertações de mestrado publicadas durante o ano de 2022 que aparecem com as palavras-chave já mencionadas e a proporção com as que foram vinculadas a programas de pós-graduação em Serviço Social.

É importante ressaltar que um texto pode aparecer em mais de uma palavra-chave por se tratar de termos correlatos. A pesquisa não focou em fazer esse levantamento com relação ao total de dissertações de mestrado em 2022, mas com relação às dissertações de mestrado em Serviço Social, foi possível observar que nenhum texto se repetiu em mais

de uma palavra-chave. Ademais, devemos mencionar que o total de dissertações ligadas à programas de Serviço Social em 2022, de acordo com filtros da própria plataforma, foi de 254.



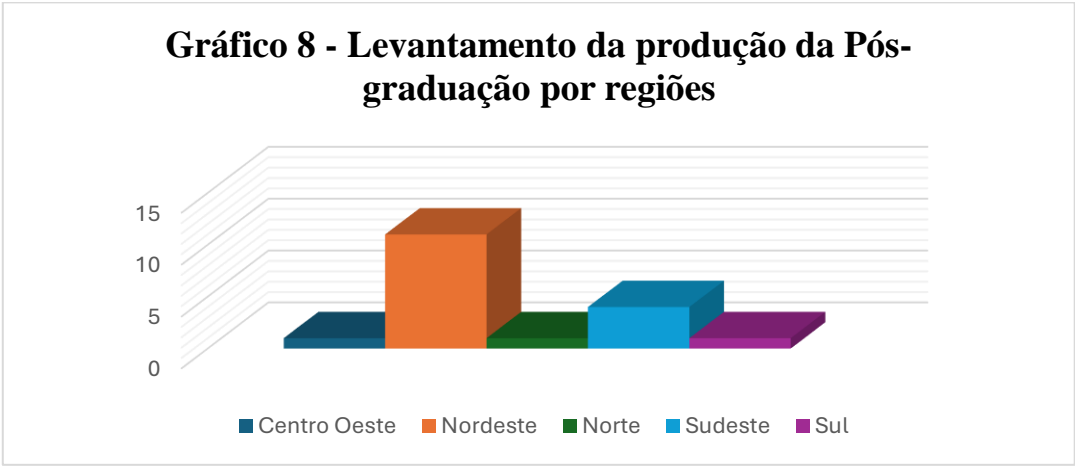
Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

Vemos, portanto, no gráfico 7, que a produção do Serviço Social segue uma proporção de distribuição de temas semelhante à de todas as áreas, exceto quando se trata de estudos sobre orientação sexual e a população LGBT, onde no ano de 2022, não houve dissertações acerca do tema em nenhum programa.

Chama a atenção também o quanto as relações de gênero vêm sendo exploradas significativamente pela produção de pós-graduação em geral e segue tímida no Serviço Social, o mesmo sucedendo com a sexualidade.

Em uma análise ainda mais detalhada de cada produção na área de Serviço Social, buscamos mapear geograficamente as publicações, bem como as universidades de conclusão do trabalho.

Em conformidade com o gráfico 8, abaixo disposto, vemos que a produção de dissertações sobre gênero e sexualidade no Serviço Social, é predominantemente nordestina e sudestina, bem como significativamente inferior nas regiões norte, centro-oeste e sul.



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

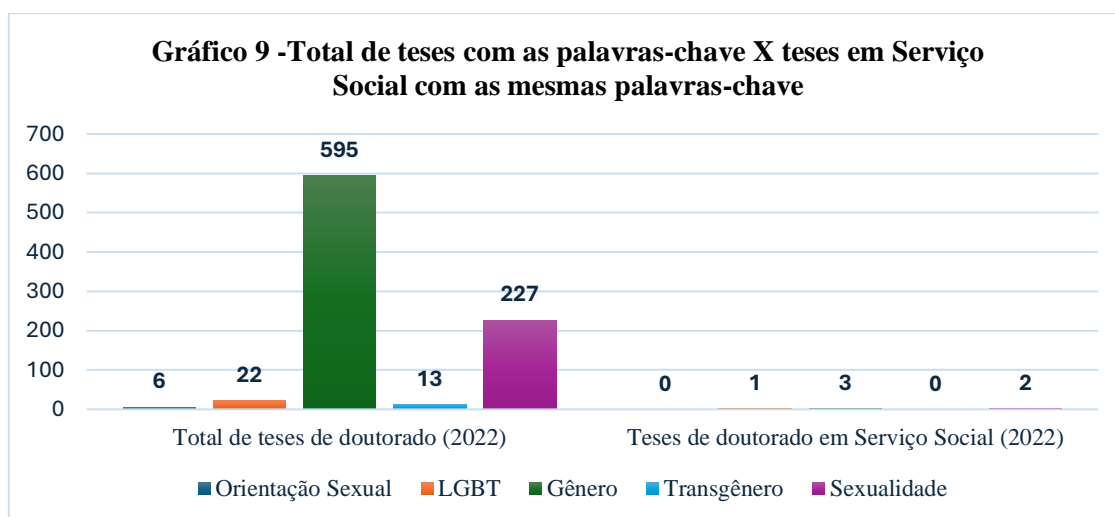
A seguir, pode-se observar a distribuição das dissertações sobre gênero e sexualidade no Serviço Social, levando-se em conta as universidades em que foram produzidas. Assim, pode-se verificar na tabela abaixo que as universidades que mais produziram dissertações sobre tais temas no país em 2022, foram o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguida do Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Tabela 2 – Distribuição das dissertações sobre gênero e sexualidade no Serviço Social por universidades

REGIÃO/UNIVERSIDADE	TOTAL
Centro Oeste	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	1
Nordeste	11
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1
Norte	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	1
Sudeste	4
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	2
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1
Sul	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1
Total Geral	18

Fonte: Tabela produzida pela própria autora (2024)

Com relação às teses (Doutorado), foi utilizada a mesma metodologia anterior e o total de teses ligadas a programas de Serviço Social em 2022, de acordo com filtros da própria plataforma foi de 106. No entanto, o único texto no qual apareceu a palavra-chave “LGBT” foi também um dos que também apareceu na palavra-chave “gênero”. Além disso, um dos textos na palavra “sexualidade” também apareceu em “gênero”. A própria confusão do uso das palavras reflete a proximidade destes campos temáticos, bem como uma confusão bastante frequente entre “gênero”, “sexo” e “sexualidade”, típica do senso comum. Para que a análise fique mais dinâmica, podemos observar os gráficos a seguir.



Fonte: Gráfico elaborado pela própria autora (2024)

No gráfico 9, podemos observar primeiramente, a mesma tendência de baixa produção sobre tais temas, observada nas dissertações. Desta vez, o tema LGBT aparece ainda que uma única vez.

Uma possível explicação para isso, é que o número de teses em geral é menor que o de dissertações, proporcionando menor diversificação temática. Além disso, como se trata de um nível superior da formação de pós-graduação e que habilita imediatamente para a prática docente, ele tende a refletir menor permeabilidade a temas emergentes e predomínio de temas que já estejam mais bem estabelecidos na agenda da categoria, ou seja, temas canônicos.

De um modo geral, o acesso ao Doutorado é mais limitado e condicionado ao aceite prévio dos docentes, mesmo que ele não seja explicitamente tutorial. Como é relativamente recente a incorporação destas temáticas pela categoria, são poucos/as os/as

docentes que orientam doutorandos/as que detêm conhecimento sobre eles e/ou se mostram permeáveis ao debate.

Seguindo a mesma linha do momento anterior, dividimos geograficamente as teses identificadas. Sendo assim, podemos observar na Tabela 3, abaixo, que novamente universidades nordestinas e sudestinas se destacam.

Tabela 3 – Distribuição dos trabalhos por universidade

REGIÃO/UNIVERSIDADE	TOTAL
Nordeste	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1
Sudeste	2
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1
Total Geral	4³⁵

Fonte: Tabela produzida pela própria autora (2024)

Dessa forma, reunindo tanto as pesquisas de mestrado quanto as pesquisas de doutorado, vemos que o total de trabalhos de pós-graduação *stricto sensu*, durante o ano de 2022, a partir das palavras-chave pesquisadas se resumiu a 22 trabalhos, sendo a maior parte deles da região Nordeste do país.

Tabela 4 – Distribuição dos trabalhos de pós-graduação por universidades

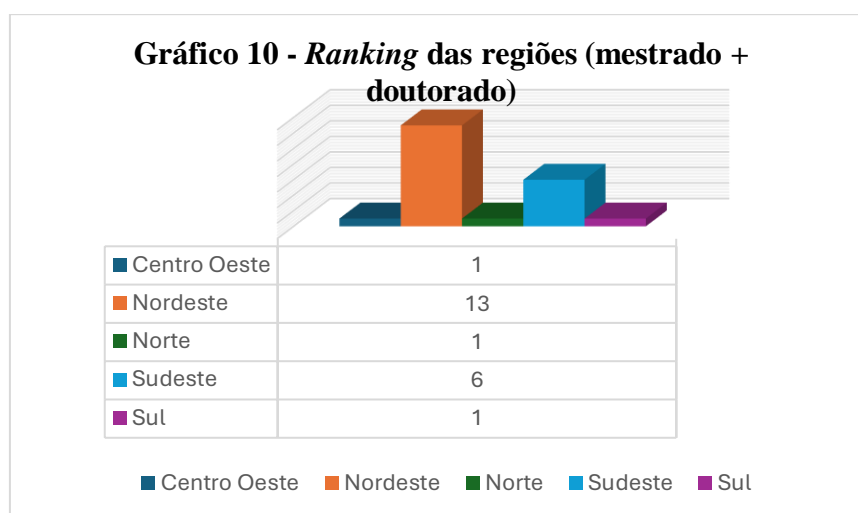
REGIÃO/UNIVERSIDADE	TOTAL
Centro Oeste	1
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	1
Nordeste	13
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	1

³⁵ Observa-se que no total geral dessa nova tabela, o número de publicações cai de 6 para 4 por conta dos textos que se repetiam em mais de uma palavra-chave.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2
Norte	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	1
Sudeste	6
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	3
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2
Sul	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1
Total Geral	22

Fonte: Tabela produzida pela própria autora (2024)

Quanto às regiões brasileiras, vemos novamente no gráfico 10 (abaixo), a expressiva predominância da produção nordestina e sudestina sobre as demais regiões. É possível que isso reflita a pungência dos movimentos feministas e LGBT+ nestas regiões, além de uma maior abertura dos programas de pós-graduação ao alargamento temático.



Fonte: Gráfico produzida pela própria autora (2024)

Abaixo, lançamos mão de um outro recurso gráfico, o mapa de calor, para demonstrarmos a distribuição da produção dos PPGs (Programas de Pós-Graduação) em Serviço Social no que se refere a gênero e sexualidade no ano de 2022.



Fonte: Gráfico produzida pela própria autora (2024)

Há diversos fatores que podem explicar o porquê do Nordeste ser a região com maior produção sobre a temática na área de Serviço Social, na qual não iremos nos prolongar, mas é essencial citar a relação indissociável entre a política com o desenvolvimento de pesquisas. Este território conta com um vigor histórico de movimentos sociais, em especial os que lutam pelas causas LGBTQ+.

Além disso, houve a expansão do ensino superior na região com a construção de novas universidades e um aumento nas linhas de pesquisa, que também podem incidir sobre o número total de produções. De acordo com o CFESS (2022), a região Nordeste conta com o maior número de assistentes sociais formadas/os em universidades públicas, sendo unidades de referência no quesito da articulação entre ensino-pesquisa-extensão, quando comparada às outras regiões do Brasil. Ademais, tratando-se de assistentes sociais que participaram do credenciamento, constatou-se que a região Nordeste é uma das regiões com o maior quantitativo de profissionais com pós-graduação em Serviço Social (11,03%), atrás apenas do Sudeste (13,47%) (CFESS, 2022).

No entanto, também devemos advertir que o vigor histórico dos movimentos sociais e as produções sobre a temática LGBTQ+ não refletem em uma menor incidência de violência contra essa população LGBTQ+ nos estados nordestinos, já que se trata da região com o maior índice de assassinatos contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais

de acordo com pesquisa realizada pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+³⁶.

Para concluir, analisando os dados que esta monografia pôde fornecer, consideramos que as produções técnico-científicas sobre diversidade sexual (LGB) e diversidade de gênero (Ts) sob uma perspectiva não cisgênera, ainda demonstram uma baixa produção numérica da produção do conhecimento no Serviço Social, mesmo com o CFESS/ABEPSS realizando frequentes debates com a categoria. Além disso, tal produção está centrada geograficamente no eixo nordeste/sudeste e não tem capilaridade no resto do país. Ela também é uma produção que, no caso das pós-graduações, tende a ser menor conforme se eleva o nível de formação de Mestrado para Doutorado.

Do ponto de vista qualitativo, tal produção está centrada numa perspectiva binária das relações de gênero, tende a não reconhecer as discussões de sexualidade como objeto das ciências sociais e produz pouco sobre a orientação sexual e população LGBT+.

Dito isto, a ciência nunca foi e nunca será neutra. Ela foi uma arena de todos os preconceitos/discriminações e continua sendo, mas de forma velada. O fato de existir escassez na produção técnico-científica do Serviço Social sobre a diversidade sexual e de gênero também é uma expressão disso, que acreditamos estar ligada a diversos aspectos, mas principalmente à moralidade conservadora relacionada às protoformas da profissão dita anteriormente e a uma compreensão teórico-metodológica por vezes enrijecida que tende a tomar como absolutamente separadas as *explorações* e as *opressões* vivenciadas pelos sujeitos individuais e coletivos, como se não houvesse nenhuma ligação entre estas dimensões da vida social.

Então, existem injustiças sociais que se reproduzem de forma epistemológica, ou seja, nas formas de produção de conhecimento, que “colocam os sujeitos em desvantagem no que diz respeito ao entendimento de experiências sociais” (CORREIA, 2021, p.2). Tais injustiças podem, inclusive, incidir sobre a (não) criação de políticas públicas voltadas para as demandas das pessoas LGBT+ e nas respostas da categoria profissional (CFESS, 2022). Essa lacuna na produção de conhecimento pode se dar por diversos motivos, que serão analisados mais profundamente no capítulo a seguir.

³⁶ Todavia, é válido refletirmos se os Estados do Nordeste são os que mais matam pessoas LGBT+ ou se é uma região com mais ferramentas para identificação e mobilização de tais mortes.

Capítulo 3

LGBT+fobia: aproximações teórico-conceituais e expressão no campo técnico-científico

*Meu corpo esticado
 Na maca ou no asfalto
 Mais uma pose pra sua foto
 Do relato, na perícia
 Suicidado, assassinado
 Bem evidente na gaveta de arquivos ocultados*

Rahzel Alec da Silva

O corpo, enquanto um espaço atravessado por marcadores sociais de diferenças está sujeito a disciplinas e hierarquizações constantes no plano das relações sociais. Seus efeitos estão intimamente conectados à economia capitalista, já que se trata de um sistema biológico e ideológico, que dentre muitas facetas, atua na modulação dos corpos e de suas subjetividades.

Como vimos no primeiro capítulo, a heterossexualidade e a cisgeneridade são constructos decorrentes de uma longa história de extermínio e de apagamentos constantes das/os dissidentes sexuais e de gênero desde a colonização. Uma das formas mais conhecidas de LGBT+fobia é a violência direta contra as pessoas que integram esta comunidade. Embora seja uma de suas formas mais cruéis, não podemos reduzir este fenômeno somente a isso.

Há também formas que são veladas e que, muito poucas vezes, vêm sendo analisadas pelas produções científicas, em especial as de Serviço Social. O termo LGBT+fobia vem sendo utilizado pelo movimento e pela literatura técnico-científica sobre diversidade sexual e de gênero com diferentes sentidos, mas são raras as vezes em que vem sendo compreendido como uma LGBT+fobia epistemológica³⁷.

O presente capítulo tem como intenção analisar de forma exploratória este viés e, para isso, iniciamos com algumas aproximações teórico-conceituais acerca do termo LGBT+fobia, bem como seu viés epistêmico. Em seguida, iniciamos o debate com relação aos efeitos desta LGBT+fobia na produção do Serviço Social.

³⁷ Segundo Japiassu & Marcondes (1993), “o problema central da epistemologia (e que define seu estatuto geral), é estabelecer se o conhecimento poderá ser reduzido a um puro registro, pelo sujeito, dos dados já anteriormente organizados independentemente dele no mundo exterior, ou se o sujeito poderá intervir ativamente no conhecimento dos objetos. Em outras palavras, ela se interessa pelo problema do crescimento dos conhecimentos científicos”.

3.1. Aproximações teóricas conceituais do termo LGBT+fobia

O atual movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outras orientações e identidades de gênero (LGBT+) nem sempre foi um movimento que abarcava todas as pessoas que não se enquadravam no padrão hetero e cis normativo. Entre os anos de 1970 e 1980, formara-se alguns grupos com incidência política voltada para a temática, era o Movimento Homossexual Brasileiro, cujo principal foco daquele momento eram homens gays.

De acordo com Quinalha (2021), foi somente durante os anos de 1990 em que o termo passou a abarcar outras identidades, sendo referenciado também com as siglas “GLS- Gays, Lésbicas e Simpatizantes” e “GLBT- Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis”. Mais recentemente, o movimento social começou a usar o termo ampliado *LGBTQIAPN+*³⁸ como uma tentativa de unificação/visibilização de algumas de suas lutas que, apesar de falarem de sujeitos distintos, reportam ao mesmo campo: o da diversidade de gênero e da sexualidade.

Mas, embora o termo atualmente mais utilizado seja LGBTQIAPN+, optamos por utilizar apenas o termo *LGBT+* por entendermos ser o mais consolidado no senso comum e, desta forma, consideramos de mais fácil compreensão de todas/os/es que acessarem este trabalho de conclusão de curso.

Ainda que existissem espaços de resistência de homossexuais antes de 1970 no Brasil, foi somente no final daquela década que “um movimento social se organizará politicamente com uma agenda de reivindicações mais definida e um repertório de ação semelhante aos demais grupos organizados da sociedade civil no contexto da redemocratização” (QUINALHA, 2021, p.98). Inclusive, em 1978, ocorreu a primeira reunião do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais com o intuito de debater acerca dos direitos dos homossexuais (Ibidem, p.103).

Antes desse período, até mesmo para movimentos da esquerda brasileira, qualquer menção a pautas que não estivessem diretamente ligadas ao movimento dos trabalhadores (no masculino) e ao fim da ditadura-empresarial-militar era posta à margem das

³⁸ Nomenclatura que tem como significado “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais”.

discussões. Quinalha nos traz mais um elemento importante expresso pelo militante Herbert Daniel sobre suas experiências durante a aquele momento:

Meus problemas pequeno-burgueses me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles, a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. [...] Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” minha sexualidade” (DANIEL, 1982, p.96-7 *apud* QUINALHA, 2021, p.110).

Tal reflexão que foi posta durante o período da ditadura, mas que não nos parece tão distante dos dias atuais, já que ainda vemos uma parcela da esquerda brasileira colocando os temas de gênero e da sexualidade somente no campo identitário, como já foi dito anteriormente no capítulo 2.

Mas, embora a pauta não tenha recebido o devido reconhecimento naquele período, por décadas, o movimento LGBTQ+ construiu a perspectiva de uma legislação que criminalizasse a homofobia e garantisse os direitos de todas/os/es dissidentes sexuais. Um exemplo daquele movimento pela luta dos direitos pôde ser visto no I Encontro Brasileiro de Homossexuais e no I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados em 1980, que teve como deliberações:

Iniciativas de despatologização das homossexualidades em órgãos como a OMS e o então INPS, a discussão sobre a conveniência ou não de formalizar juridicamente a existência dos grupos organizados, estabelecer uma comissão para incluir na legislação o direito à livre opção sexual, especialmente na Constituição, entre outras (QUINALHA, 2021, p.120).

Aquele mesmo ano foi o período em que passamos pelo *boom* da epidemia de AIDS no mundo e, com ela, a associação da doença à orientação sexual³⁹. Naquele momento, houve uma aproximação progressiva do que hoje chamamos de movimentos LGBTQ+ com o Ministério da Saúde, se tornando um espaço político de incidência da luta pelos direitos da comunidade e de ensinamento ao MS sobre como poderiam fazer prevenção. No entanto, é preciso dizer que o debate da sexualidade estava circunscrito a práticas negativas e profundamente normativas, com a sexualidade em um movimento contínuo de ser percebida como um problema a ser contido (CORNWALL; JOLLY, 2008).

E, desde a década de 1990, a maior parte das/os integrantes do movimento LGBTQ+ esperavam a criminalização da homofobia através de uma legislação própria como um caminho a ser percorrido pelas políticas estatais. Todavia, jamais tivemos um Congresso

³⁹ A AIDS era conhecida como a “Síndrome do comprometimento gay”

em que as pautas LGBTQ+ fossem defendidas majoritariamente. Na realidade, o que vemos ao longo da história é um Congresso Nacional que na sua maioria é avessa aos direitos sexuais e à afirmação do direito à identidade de gênero.

Uma das estratégias políticas encontradas pelo movimento LGBTQ+ face à impermeabilidade do Poder Legislativo a pauta por direitos, foi construir junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma incidência que foi capaz de permitir a criminalização da homofobia, através dos julgamentos do Mandado de Injunção nº 4.733 e de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF (ADO 26/DF), com o enquadramento como tipo penal definido na Lei do Racismo (lei nº 7.716/1989)⁴⁰ até que o Congresso Nacional faça uma lei específica para crimes de natureza LGBTQ+fóbicas.

Então, mesmo após anos de luta, ainda não há uma legislação específica que criminalize a LGBTQ+fobia no Brasil. Além disso, o Mandado de Injunção caracteriza a homofobia e a transfobia enquanto uma “violência física ou psicológica contra uma pessoa, respectivamente em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero, manifestando-se em agressões, ofensas e atos discriminatórios” (p.61), ou seja, apenas manifestações clássicas e explícitas de preconceito excluindo situações que, a depender do caso, poderiam ser facilmente burladas para não se enquadrarem em um crime.

Mas o fenômeno da LGBTQ+fobia não pode ser interpretado apenas a partir de seu sentido mais comum. O entendimento conceitual do termo pode ir muito além, já que também se trata de formas de opressões implícitas e de uma hierarquização dos corpos. Todavia, antes de prosseguirmos, devemos fazer uma pequena advertência de que a perspectiva que esta monografia adota é a de que as formas de discriminação contra a comunidade LGBTQ+ fazem parte de processos sociais, não de questões psicológicas por parte dos indivíduos que praticam tal violência. Além disso, devemos pontuar que não

⁴⁰ De acordo com a ADO 26/DF, o conceito de racismo é compreendido em uma dimensão social na qual “projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.”.

temos como intenção explorar todos os estudos atribuídos ao conceito de LGBT+fobia, até porque parece-nos impossível.

Mas, seguindo em frente, tal dominação contra os corpos dissidentes pôde ser vista desde a invasão do povo europeu em nosso país, na qual a violência foi usada como potência econômica⁴¹ para a espoliação de riquezas e impulsionou a acumulação capitalista na Europa (cf. Castelo; Ribeiro e Rocamora, 2020). Neste momento, a sexualidade foi utilizada enquanto um instrumento e a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano foi central na modernidade colonial (LUGONES, 2010), sendo imposta para os nativos a serviço do homem ocidental europeu:

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (LUGONES, 2010, p.936).

Sendo assim, o nosso país tem um passado que moldou muitas das nossas relações na contemporaneidade. Por muito tempo, determinar quais eram as sexualidades permitidas, ou não, se tornaram uma necessidade social/moral da Igreja Católica e do grande capital. Uma das heranças daquele momento, são justamente as manifestações clássicas de homofobia, que são fortemente repressivas e interpretam a sexualidade a partir dos conceitos de doença, crimes e pecados (ZUGNO *et al*, 2022). Mas, para além disso, há manifestações modernizadas que:

ao mesmo tempo que admitem o reconhecimento social de sujeitos homo e bissexuais e casais de pessoas do mesmo sexo, assim os fazem pela lente do amor romântico (homoafetividade) ou da constituição de família nos moldes heterossexuais (familismo) (ZUGNO *et al*, 2022, p.3).

Além de fazê-los pela lente do amor romântico, devemos ir além: tais políticas de inclusão reproduzem lógicas ligadas a mais acumulação do capital e expansão do mercado (REBUCINI, 2016), já que “a instituição do casamento é, na verdade, fundamentada nas lógicas da exclusividade afetiva e da privatização da sexualidade, além de ser o principal espaço de consumo do capitalismo tardio” (Ibidem, p.118). Ou seja, a lógica do

⁴¹ A violência como potência econômica é um termo originalmente cunhado por Marx.

casamento monogâmico coloca a intimidade doméstica na base de uma “boa cidadania sexual, que se inscreve perfeitamente nas lógicas do capitalismo neoliberal que a produz” (Eng, 2010, p.25 *apud* Rebucini, 2016, p.120), já que relega a sexualidade à vida privada.

Ademais, o referido autor também nos traz outro elemento central para refletir sobre a abertura de tais direitos políticos:

O multiculturalismo neoliberal é sustentado particularmente por sujeitos gays e lésbicos brancos, “cisgêneros”, de classe média ou superior; aqueles que, no plano econômico, têm as melhores condições econômicas e que, dessa forma, podem melhor usufruir da abertura dos direitos ao casamento e à adoção [...] Essa visibilidade e o discurso hegemônico sobre a prevalência desses sujeitos revelam um fenômeno de produção de subjetividade que Kevin Floyd chamou de formas de “visibilidade de intensidade capitalística [capital-intensive]” (2009, p.200), ou seja, formas de visibilidade criadas pelo investimento maciço das políticas de marketing de venda e de consumo que visam principalmente os sujeitos LGBT privilegiados do ponto de vista de classe e de raça (REBUCINI, 2016, p.119).

Dessa forma, o que pode aparentar ser um avanço para uma parte da comunidade, e que de fato pode ser interpretado desta maneira, em certa medida, também deve ser apreendido em sua essência que é a expansão do capital e da família monogâmica. Nesse sentido, tudo se mostra funcional ao programa de mercantilização e exploração da homossexualidade pela empresa capitalística (MIELI, 2023) ⁴² e,

Enquanto produções do capitalismo, as formações sexuais e as identidades a elas associadas permanecem ligadas à sua política econômica, ainda que de forma contraditória (Floyd, 1998). Elas são produto do capitalismo, mas também se encontram com frequência em uma posição de exterioridade em relação a ele, na medida em que desafiam a estrutura eminentemente heterocentrada do sistema (REBUCINI, 2016, p.121).

Além disso, devemos estar atentas/os a quem da comunidade está sendo de fato privilegiada/o, já que há hierarquias dentro do próprio grupo que sofre a discriminação, marcadas principalmente pela raça, classe e pelo gênero. Articulação essencial é vista em Ferreira e Fagundes (2021) ao explicitarem a seguinte hipótese:

o heteropatriarcado moderno e o racismo estrutural constituem relações de expropriação e alienação que participam da determinação histórica e moral do valor da força de trabalho, estruturando o caráter racista e heteropatriarcal do próprio modo de produção capitalista, portanto suas relações de reprodução e acumulação, sem eliminar a distinção entre trabalho produtivo (aquele que produz mais valor diretamente) e improdutivo (aquele que não produz mais

⁴² Mario Mieli foi um filósofo e militante italiano que teve sua obra “*Elementi di critica omosessuale*” publicada em 1977, mas traduzida para o português somente em 2023 com o título “*Por um comunismo transexual*”. Mieli foi um dos precursores do que hoje conhecemos como movimento *queer*. O autor vai dizer que “o capital opera uma dessublimação repressiva da homossexualidade”, isto é, por um lado possibilita uma liberdade e, por outro, esta mesma liberdade se torna um instrumento de dominação.

valor diretamente), mas articulando-os dialeticamente” (FERREIRA, 2021, p.69).

A partir destas últimas considerações, partimos para outra dimensão teórico-conceitual de LGBT+fobia que pode ser interpretada a partir dos fenômenos vistos dentro do mundo do trabalho. Embora todas as pessoas que fazem parte da comunidade possam sofrer qualquer forma de discriminação e preconceito em seu cotidiano profissional, é evidente que as pessoas que não seguem o padrão cisgênero e branco, especialmente negras, acabam encontrando mais desafios em seu dia a dia.

Além de ser muito mais complexo para as pessoas trans se inserirem no mundo do trabalho, quando há a inserção, muitas das vezes, trata-se de relações extremamente precarizadas. Ou seja, a entrada no mundo do trabalho não diminui as desigualdades e subordinações sociais de gênero (BRITO *et al*, 2020), além de que “o direito ao trabalho de pessoas trans não se esgota nos limites de inserção no mercado de trabalho [...]” (Ibidem, p.51), já que elas/eles podem sofrer situações de assédio moral e dentre outros preconceitos.

Uma das formas que as pessoas trans encontram para evitar tais situações é a inserção na informalidade, já que esta via pode conter um cotidiano de maior respeito com relação à identidade de gênero (BRITO *et al*, 2020), permitindo o uso de “estratégias de obtenção/manutenção da passabilidade, ou seja, de não revelação da identidade trans, sobretudo, quando não foi obtido pelo/a trabalhador/a o reconhecimento jurídico da sua identidade de gênero” (Ibidem, p.55).

Sendo assim, podemos concluir que há diversas adversidades para as pessoas trans que não são vivenciadas por pessoas cisgêneras, mesmo que também façam parte da comunidade. Tais violências no mundo profissional incluem o desemprego propriamente, a dificuldade em encontrar visibilidade quando estão empregadas/os e o obstáculo de obterem estabilidade.

A acumulação capitalista produz constantemente uma população excedentária ou superpopulação relativa, nos termos de Marx (2017), e o exército industrial de reserva disponível para a burguesia explorar e dominar quando quiser. Tais experiências vivenciadas por pessoas trans precisam ser vistas enquanto parte integrante dessa organização do trabalho. Considera-se que,

Há, portanto, uma distribuição desigual da instabilidade, da incerteza e da degradação na esfera da produção social, porque a precarização do e no trabalho, e sua expressão mais aguda, o desemprego, também comporta uma

divisão sexual. Neste sentido, experiências laborais trans conformam-se sob a ingerência da divisão sexual do trabalho, a qual incorpora o segmento de trabalhadores/as trans de modo desigual e diferenciado (BRITO; ALMEIDA; ALMEIDA, 2020, p.57).

Ainda de acordo com Brito *et al* (2020), é um fator de importância a literatura que trata da divisão sexual do trabalho se direcionar às temáticas da diversidade de gênero, já que também é uma forma de potencializar pesquisas e, consequentemente, “potencialidades a confrontarem radicalmente a ordem social cisheteronormativa, patriarcal, racista e capitalista vigente” (p.66).

No entanto, como foi visto na pequena amostra realizada no capítulo 2, pesquisas relacionadas ao mundo da diversidade sexual e de gênero ainda estão aquém do esperado e são poucas as vezes em que nos deparamos com textos relacionados à temática durante toda a graduação⁴³. Mas, ainda mais raríssimas vezes, vemos essa falta de produção sendo vista como mais uma expressão de LGBT+fobia.

3.2. A LGBT+fobia epistêmica

Em um lapso de distração, e talvez até por motivos geracionais, tendemos a pensar que a ciência sempre existiu. Mas não é bem assim. Recordemo-nos por um momento do mundo antes da ciência moderna: a referência de conhecimento era o saber popular, que se passava de geração em geração de forma empírica. Saberes locais, práticas religiosas, misticismos e concepções sensoriais de mundo eram verdades absolutas naquele momento.

A partir dos séculos XVI e XVII, com a influência do capitalismo, é possível ver uma mudança nessa forma de produzir conhecimento. A classe burguesa precisava de recursos para consolidar sua hegemonia e passou a construir os serviços de preservação da ordem do capital, tendo como principal instrumento a ciência - que se tornou um campo de disputas, na qual os interesses considerados relevantes eram somente aqueles ligados à preservação do sistema.

E não podemos esquecer que essa nova forma de conhecimento colocou países latino-americanos, como é o nosso caso, em uma dependência intelectual, na qual nos “converteu ou em administradores de algum filósofo estrangeiro, ou em seguidores do

⁴³ Experiência particular durante os anos de 2019-2024 na Escola de Serviço Social da UFRJ.

último paradigma científico que os gringos inventaram, espoliando e simplificando, na maioria das vezes, a cultura europeia” (LARROSA, 2003, p.104).

Os outros modos de conhecimento passaram a ser desvalorizados perante a ciência moderna- eurocêntrica, havendo uma normatividade nas práticas científicas que não eram questionadas. A ciência, dessa forma, fez parte de um projeto de colonialidade na qual os sujeitos que possuíam outras formas de saber, que não do “cânone epistemológico ocidental” (NUNES, 2008) foram “ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios tantas vezes perpetrados em nome da Razão, das Luzes e do Progresso” (Ibid, p.62).

Podemos incluir neste fluxo de saberes ignorados, os/as dissidentes sexuais e de gênero, que não tinham seus interesses tematizados pelas produções ou, quando eram estudados, era somente pela via das estigmatizações, do controle e da eliminação.

Com a passagem para os séculos XVII e XVIII, passa a existir um interesse de disciplinas científicas, como a psiquiatria e a criminologia, por esses públicos. No entanto, a associação feita era sempre com a prática de crimes ou doenças. Criou-se uma série de patologias às sexualidades e houve uma integração às “perturbações do instinto” (FOUCAULT, 2022). Já no século XIX, com o advento da sexologia, os que não correspondiam à heteronormatividade eram considerados os “perversos”, “degenerados”, àqueles que precisavam ser tratados rotineiramente de forma violenta e apartados da sociedade:

Percebe-se com isso, que os indivíduos homossexuais ocupavam o espaço da terceira pessoa ou, em outras palavras, falava-se deles (quem eram, como eram, o que faziam e por que o faziam), mas os excluía da própria vivência. Por não ocuparem uma posição de sujeito em sua própria história, tornaram-se marginalizados através de expressões que foram cunhadas pelos agentes detentores de poder social, expressões essas que por si só já carregam injustiça hermenêutica, pois obscureceram durante muito tempo a identidade do sujeito e marginalizaram-no (CORREIA, 2021, p.8).

Parafraseando Mieli (2023), a ideologia capitalista é anti-homossexual⁴⁴, e a ciência, que está inserida no sistema burguês, quase sempre reproduz seus lugares comuns. Além disso, “a *naturalidade* do status quo social e sexual, sustentada pela ideologia dominante, não é realmente questionada pela pesquisa científica.” (MIELI, 2023, p. 68). Portanto, não nos parece errôneo afirmar que outra forma de LGBT+fobia

⁴⁴ Como falamos anteriormente, Mieli escreveu seu livro em 1977 na Itália. Desta maneira, o termo “LGBT+” ainda não era conhecido pelas lutas do movimento. Optamos por colocar sua frase da maneira que escreveu, mas explicitamos que nos referimos a todas as pessoas LGBT+.

pode ser analisada a partir da construção do conhecimento, isto é, a partir da epistemologia.⁴⁵

E, levando em consideração as interseccionalidades de raça, gênero, sexo, sexualidade, religião etc., a articulação com pesquisadores/as que estudam o racismo epistemológico nos aparece como um primeiro caminho a trilhar. Para Boaventura de Sousa Santos (*apud* Carneiro, 2005),

o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos (SANTOS, 1997 *apud* CARNEIRO, 2005, p.96)

Ancorada no pensamento de Santos (1995), Sueli Carneiro (2005) entende que o Epistemicídio vai além da desqualificação do conhecimento de povos oprimidos. É também um “processo persistente de produção da indigência cultural” através da:

[...] negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (p.97).

Com toda cautela necessária, vemos que os elementos postos por Carneiro (2005) também podem, em certa medida, ser transpostos para o campo da diversidade sexual e de gênero, já que dissidentes sexuais e de gênero sofreram/sofrem com discursos normativos sobre o corpo que a ideologia dominante foi pondo em prática ao longo dos anos.

Uma das expressões da exclusão na participação da produção de conhecimento pode ser vista a partir da não inclusão de pessoas trans nos meios acadêmicos, que comumente são os espaços com mais produções científicas, por exemplo. Dados divulgados em 2021 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) do Instituto de

⁴⁵ O conceito de epistemologia tem suas raízes vinculadas à filosofia e refere-se aos processos de construção de conhecimento. Tal filosofia que, por muito tempo, foi uma “arma que mutilou e silenciou raciocínios similares da África e da população indígena do Novo Mundo (MIGNOLO, 2008, p.298).

Estudos Sociais e Políticos da UERJ, revelam que alunos/as trans compõem apenas 0,3% dos/as estudantes em Universidades Federais do Brasil.

Outra linha de pensamento que nos parece ter uma boa articulação com os pensamentos de Santos e Carneiro é a partir do conceito de “*Injustiça Epistêmica*”, cunhada por Miranda Fricker (2007). Para explorarmos o termo, teremos como referência as análises de Correia (2021).

Para Fricker (2007 *apud* CORREIA, 2021) existem duas classificações para *Injustiça epistêmica*: a *Injustiça testemunhal*, que é quando há uma descredibilização sob o que a pessoa está falando somente devido à sua identidade, e a *Injustiça Hermenêutica*, que ocorre quando há um vácuo em fontes de interpretação coletivas gerando em uma incapacidade do indivíduo em comunicar suas experiências,

[...] Este tipo de injustiça resulta em uma desvantagem cognitiva e uma marginalização (hermenêutica) dos grupos, que terminam por participar de forma desigual das práticas que constroem os significados sociais e entendimentos coletivos. Portanto, assim como na injustiça testemunhal, a injustiça hermenêutica tem prejuízos primários – exclusão da participação do sujeito na produção e distribuição do conhecimento – e prejuízos secundários – seus efeitos atingem amplamente a vida do indivíduo, impossibilitando o autoconhecimento [...] (p.5).

Por um lado, temos um campo ligado a pautas morais e religiosas conservadoras que não nos surpreende o fato de não levar em consideração as pautas LGBTQ+ para o campo da pesquisa sob uma perspectiva crítica, já que não o fazem nem mesmo no cotidiano da vida social. Mas, por outro lado, temos um campo político crítico com certa dificuldade de incorporar as temáticas da diversidade sexual e de gênero em suas construções de conhecimento sob um viés que não esteja ligado a doenças e violências, por exemplo. Estamos de acordo com Palha (2019) ao dizer que

são frequentes, dentro e fora do marxismo atual, as críticas às chamadas ‘políticas de identidades’ ou ao identitarismo de movimentos políticos. Surge também, na vulgarização dessa discussão, uma falsa polêmica apoiada numa também falsa oposição entre ‘identidade e classe’, que ofusca um conjunto de questões promissoras a serem desenvolvidas na teoria e na prática anticapitalistas. (p.39)

Novamente, não queremos aqui refutar a importância da centralidade do trabalho na vida social e nem mesmo a inserção da classe social. O objetivo desta monografia é apenas colocar em debate a não inserção do tema da diversidade sexual e do gênero na construção do conhecimento ao longo dos anos, bem como a importância destes marcadores sociais na construção de modos de vida.

Reconhecemos que a política que toma a identidade como meio e fim acaba por colidir com o caráter conservador, já que a defesa da manutenção de uma identidade como fim político também significa a conservação de relações sociais que a produzem (PALHA, 2019). No entanto, também podemos observar sob outra perspectiva da qual Mignolo (2008) nos parece essencial: não falamos de uma “política de identidade”, mas de uma “identidade *em* política”.

E a identidade *em* política é relevante não somente porque a política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência “natural” do mundo. Ou seja, ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades tanto similares quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas (MIGNOLO, 2008, p.289).

A identidade *em* política nos parece fundamental, já que nos mostra a importância de sua articulação com outros fenômenos sociais. Além do mais,

Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do “real”. Concordo que hoje não há algo fora do sistema; mas há muitas *exterioridades*, quer dizer, o *exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial*. (MIGNOLO, 2008, p.291, grifos do autor).

Outra forma de lidar com a identidade é explorar sua “potência para descrever e particularizar conjuntos específicos de relações e práticas sociais, das quais derivam valores distintos e perspectivas potenciais específicas de compreensão de dimensões da realidade social” (PALHA, 2019, p.34). Desta forma, poderemos compreender seu caráter “histórico e socialmente determinado, atravessando o véu da naturalização” (ibidem), isto é, ser cisgênero, branco, heterossexual, e convertê-la em instrumento de ações anticapitalistas (ibidem).

Em outras palavras, pensar a identidade *em* política significa pensar de forma decolonial, ou seja, pensar “a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade” (MIGNOLO, 2008, p.304).

De acordo com Cornwall; Jolly (2008), a sexualidade vem sendo tratada pelas agências de desenvolvimento apenas como um tema do setor saúde com as questões sendo respondidas a partir do referencial deste setor, isto é, a partir de intervenções que buscam diminuir o número de nascimentos, de relações sexuais, riscos de gravidez, DSTs etc. Os autores não retiram a importâncias destas medidas, mas pontuam, e estamos de acordo, que reduzem a sexualidade ao ato físico do sexo.

No entanto, a diversidade sexual e de gênero não pode se resumir somente a isso. Esses marcadores também possuem íntima relação com a pobreza e o bem-estar (CORNWALL; JOLLY).

O direito a controlar seu próprio corpo- seja para proteger sua integridade ou desfrutar seus prazeres- não é algo ‘supérfluo’, a ser considerado como foco dos programas de desenvolvimento depois que as necessidades materiais básicas tenham sido atendidas, como argumentam algumas vozes. É um dos mais básicos direitos de todos os direitos, pois, se não temos a possibilidade de evitar que nossos corpos sejam violados por outras pessoas, se nos negam a oportunidade de nos proteger da gravidez e da doença, como poderemos participar dos outros benefícios do desenvolvimento ou mesmo exigí-los? (CORNWALL; JOLLY, 2008, p.34)

Transformar prerrogativas que parecem ser individuais em uma linguagem compartilhada parece-nos fundamental na luta para concretizar uma produção de conhecimento que não fale só *sobre* nossos corpos, mas que *conte com nossos corpos fazendo parte da produção deste conhecimento*. Produzir sobre isso, especialmente com atores LGBT+, significa não somente dar uma ampla atenção às injustiças epistêmicas, mas também pode se tornar um instrumento político a fim de iniciar uma luta para garantir direitos sobre nossas próprias subjetividades e corpos.

3.3. A pesquisa no Serviço Social e os efeitos da LGBT+fobia na produção técnico-científica da profissão

Em nossa perspectiva é inegável que há uma LGBT+fobia epistêmica. Mas será que podemos fazer a mesma afirmação quando tratamos do Serviço Social? Como foi dito no segundo capítulo, devemos reconhecer que a amostra desta monografia é restrita frente ao universo de todas as produções técnico-científicas já publicadas por assistentes sociais no Brasil e devemos fazer alguns apontamentos iniciais.

A história do Serviço Social se inclinou ao conservadorismo como expressamos no primeiro capítulo, em especial ao refletirmos sobre o papel no controle das famílias. Mas, “afirmar a tendência ao conservadorismo no plano da sexualidade e da diversidade de gênero não significa negar que resistências a esses conservadorismos também provavelmente existiram dentro da profissão e permanecem sendo indispensáveis” (ALMEIDA, 2020, p.21).

Outra prévia consideração é que nossa pretensão não está relacionada a impor que a profissão não produza sobre o tema, até porque seria injusto fazer tal afirmação, e nem muito menos afirmar que todas as outras produções não importam. Queremos apenas apontar onde existem lacunas dentro da pesquisa da categoria e suscitar o debate sobre a problemática.

Feitas estas considerações, devemos prosseguir. O Serviço Social, ao contrário de outros campos das ciências humanas e sociais, não possui uma produção de conhecimento autônoma, isto é, o arcabouço teórico-conceitual que a profissão adquiriu ao longo dos anos é tributário de outras teorias já consolidadas em outros áreas. Em determinado período histórico, a profissão teve como principais referenciais autores como Durkheim, Comte e Weber, por exemplo. Mas, após o processo de reconceitualização, as pesquisas na área voltaram-se⁴⁶, principalmente, para obras Marxianas e Marxistas⁴⁷.

Para Netto (2009), este movimento de inserção do pensamento marxista na categoria profissional pode ser dividido em duas fases: a) fim dos anos de 1970 até o final dos anos 1980, em que ele caracteriza como uma “espécie de moda do ‘materialismo histórico’” (p.30); b) final dos anos de 1980 até os dias atuais, na qual o autor define como o momento de baixa do marxismo causado, principalmente, pela pressão do Neoconservadorismo. Mas, de qualquer forma, ele pontua que:

[...] há um saldo objetivo indiscutível: *a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico- metodológicas de Marx.* (NETTO, 2009, p.30, grifos do autor).

E, de acordo com Netto (Ibidem), a teoria para Marx é “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (p.7). Ademais, o objetivo de toda pesquisa deve ser sempre compreender a essência do objeto, que é viabilizada pelo método (MARX *apud* NETTO, 2009).

A partir destas breves considerações, devemos pontuar que o campo de estudo da profissão se situa dentre as expressões da “Questão Social” e das relações entre o Estado, a Sociedade e o Mercado com a intenção da criação de um conhecimento contra

⁴⁶ Importante pontuar que esse processo de mudança intelectual dentro da profissão não foi linear e, muito menos, fácil. A pesquisa sempre foi um campo de disputas.

⁴⁷ Obras Marxianas referem-se estritamente a artigos, ensaios, livros, cartas etc. feitas pelo próprio Marx. Já obras Marxistas são aquelas feitas com base nos pensamentos de Marx.

hegemônico (SPOSATI, 2007) para a constituição de uma nova ordem societária. E, desta forma, todas/os as/os assistentes sociais devem desenvolver uma atitude investigativa para que seu exercício profissional seja guiado com vistas a entender a essência e a totalidade social das questões impostas no cotidiano.

Em seu artigo “*Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social*”, Sposati (2007) traz reflexões de uma produção feita pela autora Kati Narhi (2002) que também nos parece essencial para compreender a pesquisa na profissão. Narhi coloca a linguagem no conhecimento em Serviço Social em um lugar central, “como expressão da realidade construída por, e entre, assistentes sociais” (p.23). Assim, o conhecimento das/os assistentes sociais é visto como um movimento ou uma mediação.

Ademais, as profissionais, em geral, partem de experiências vivenciadas durante seu cotidiano laboral para a construção de pesquisas, assim como é posto em Netto (2009) ao dizer que a “*teoria tem uma instância de verificação da sua verdade, instância que é a prática social e histórica*” (p.9). No entanto, tal construção precisa ser “processada por pesquisadores capazes de captar nuances e sistematizá-las” (SPOSATI, 2007, p.24), de tal forma que a essência seja apreendida.

Além disso, a perspectiva a ser seguida para permear o Serviço Social possui intencionalidade, isto é, determinado fenômeno já é observado a partir de uma determinada direção (Ibidem). E, com isto posto, retomemos Netto (2009) novamente ao dizer que o método em Marx implica justamente uma “posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações.” (p.25).

Então, a pesquisa no serviço social é essencial para que a/o profissional possua uma visão da totalidade social e encontre as mediações que “vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela ‘questão social’ no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (públicas e privadas) que se propõem a enfrentá-las” (NETTO, 2009, p.32).

Dessa maneira, a intensidade na qual a/o pesquisador/a elege para se dedicar a determinados temas perpassa pelas disputas antagônicas que existem na sociedade, que acabam por perpassar o Serviço Social. Desta forma, à produção do Serviço Social, enquanto uma categoria que assume o compromisso para uma nova ordem societária,

cabe a necessidade de articular as dimensões constitutivas do capitalismo com relações de gênero, sexualidade, raça etc.

Seguindo o pensamento de Moschkovich (2023), uma parcela dos conhecimentos e análises marxistas ainda toma como “verdade ‘natural’ os princípios binaristas e heteronormativos do nosso sistema de gênero” (p.21), como podemos observar na pesquisa sobre os trabalhos apresentados no CBAS de 2022 em que, dos 101 textos relacionados à temática do gênero, apenas 16 deles explicitavam tratar da temática para além da Cisgeneridade.

Embora já existisse a tentativa aproximação da profissão com o pensamento crítico a partir dos anos de 1970, não devemos perder de vista a influência que o conservadorismo ainda cumpria sob a categoria, como explicitado no primeiro capítulo, tendo como referência os Códigos de Ética de 1965 e 1975.

E, se considerarmos que não se posicionar diante de certa situação também é um posicionamento, não podemos deixar de mencionar que a primeira menção da profissão sobre a população LGBTQ+ apareceu somente em 1993, enquanto desde 1970 já havia um movimento de luta dessa população para que fossem garantidos seus direitos. Além disso, em 1981, já havia uma campanha contra a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID) que rotulava *homossexualismo* como desvio e transtorno mental. A retirada do termo só foi efetivada em 1990.

Ainda que o Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais já falasse sobre o princípio fundamental de não discriminar os/as dissidentes sexuais desde 1993⁴⁸, foi apenas em 2000, que tivemos a primeira matéria num periódico das entidades da categoria sobre o tema. Foi uma matéria do Jornal Práxis do CRESS (7ª Região) sobre homossexualidade. E foi somente em 2006, que a categoria, através do conjunto CFESS/CRESS, realizou uma Campanha Nacional⁴⁹ pela livre orientação sexual e promulgou uma Resolução que estabeleceu normas proibindo condutas discriminatórias por orientação sexual e expressão sexual - a Resolução nº 489/2006.

⁴⁸ O Código de Ética naquele momento ainda usava o termo “opção sexual”, embora o movimento LGBTQ+ já vinha questionando essa nomenclatura desde os anos 80.

⁴⁹ Campanha Nacional “O amor fala todas as línguas- Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”

Além disso, apenas em 2011, tivemos uma Resolução do CFESS⁵⁰ que diz respeito à inclusão de nome social. Mas devemos pontuar que, por parte do Estado, foi apenas em 2016 que tivemos um Decreto Presidencial⁵¹ versando sobre o uso do nome social e reconhecendo a identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Federal.

Com isto posto, consideramos que frente aos movimentos sociais que lutam pelos direitos de pessoas LGBTQ+, o Serviço Social não se mostrou desde o início enquanto uma categoria tão combativa no que diz respeito a acompanhar/apoiar os fluxos de informações que os movimentos sociais já vinham promovendo. Mas, se formos comparar com as respostas governamentais, as representações da categoria se mostraram enquanto vanguardas.

Muitos/as pesquisadores/as podem acreditar que estamos caindo em uma análise descabida e anacrônica, mas o que queremos pontuar e evidenciar nesta monografia é que não se trata de um anacronismo quando já existiam movimentos LGBTQ+ no Brasil, lutando desde 1970, para serem ouvidos. Então, podemos perceber que as pautas da diversidade sexual e de gênero só não foram pautadas pela categoria, ainda que estivéssemos com fluxos críticos de informação dentro da profissão.

Faz-se essencial reconhecer que, mais recentemente, o conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS vem promovendo diversas atividades relacionadas à diversidade sexual e de gênero, mas também devemos pontuar que, até o momento, não temos a obrigatoriedade de disciplinas alinhadas, por exemplo, ao Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, Raça/etnia e sexualidades da ABEPSS⁵² nos cursos de Serviço Social. Em outros termos, demonstra-se enquanto uma temática opcional para quem tem interesse no tema.

Com estas considerações, acreditamos que não podemos afirmar que existe uma LGBTQ+fobia epistêmica dentro da categoria profissional, mas sim que existem efeitos da

⁵⁰ Resolução nº 615/2011.

⁵¹ Decreto Presidencial Nº 8.727/2016

⁵² De acordo com as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS), as matérias básicas que devem constar em um curso de Serviço Social são: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação sócio-histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Ética profissional. Além de Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso contarem como atividades indispensáveis integradoras do currículo.

LGBT+fobia nas produções do Serviço Social. É preciso que essa temática tenha uma maior capilaridade nas produções, já que “a heteronormatividade afeta a saúde de muitos homens e mulheres e, portanto, influencia sua inclusão na vida econômica” (ARMAS, 2008, p.63), portanto, no mundo do trabalho - tema tão estudado pela categoria.

O primeiro passo para que essa *Injustiça Hermenêutica* (FRICKER, 2007 *apud* CORREIA, 2021) passe por transformações dentro do Serviço Social é a categoria não considerar as pautas da sexualidade e do gênero somente como identitárias e acessórias, mas como integrantes da base da formação social brasileira. Além do reconhecimento de que a falta de recursos teórico-conceituais das/os próprias/os profissionais reflete diretamente sobre como abordar estes assuntos com usuários/as/es em sua prática profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos referenciais lidos, esta monografia nos possibilitou compreender como o Serviço Social não está alheio aos processos contraditórios promovidos pelo capital, já que a profissão teve a expansão de seu mercado de trabalho através da emergência das políticas sociais para a regulação da classe trabalhadora. Vimos também que a formação das profissionais à época estava intimamente conectada com o investimento por parte do Estado e da Igreja em controlar aspectos morais das/os trabalhadoras/es, demonstrando o alto teor conservador presente nas protoformas da profissão.

Ademais, observamos a importância da pesquisa enquanto uma mediação entre o conhecimento e a realidade (GUERRA, 2009), mas ainda com certa dificuldade de uma parcela da categoria em entender sobre esta articulação indispensável para uma prática profissional compromissada com o Projeto Ético-Político da profissão. Tratando-se do tema de diversidade sexual e de gênero, vimos que há uma resistência ainda maior.

Também foi possível examinar que a soma dos artigos analisados nas seis revistas (*Serviço Social & Sociedade; Revista de Políticas Públicas; Katálisis; Em pauta; Ser Social; Temporalis*) foi de 278, sendo que apenas 4 alcançavam os objetivos propostos nesta monografia, isto é, tratavam de uma perspectiva explícita de sexualidades LGBTQ+ e de gênero para além da cisgeneridade. E com relação aos números temáticos escolhidos pelos Conselhos Editoriais, apenas 12 possuíam a temática da diversidade sexual e de gênero como seus temas de publicação. Sobre os trabalhos publicados no XVII CBAS, tivemos que apenas 32 se referiam ao nosso escopo de análise. Já com relação às dissertações em Serviço Social em 2022 (254), somente 18 foram encontradas através das palavras-chave. Acerca das teses de doutorado, em um total de 106 durante o ano de 2022, apenas 6 incluíam as palavras-chave pesquisadas.

Embora a pesquisa seja restrita frente à amplitude das produções técnico-científicas já publicadas por assistentes sociais no Brasil, nos fica evidente que há uma inferiorização do tema da diversidade sexual e de gênero (para além da cisgeneridade) nas produções de conhecimento, em especial no âmbito da pós-graduação em Serviço Social.

Desta maneira, consideramos que existem injustiças sociais que são refletidas nas formas de produção de conhecimento, isto é, de forma epistemológica que devem ser levadas em consideração, já que, como vimos ao longo do texto, a ciência e a linguagem possuem um papel essencial nos projetos de colonialidade e na forma que os grupos sociais são ouvidos e/ou ignorados.

Além disso, considerando que pessoas trans e travestis são as mais afetadas por essas injustiças epistêmicas, acreditamos que uma das primeiras medidas a serem tomadas para que tal situação passe por um processo de mudança é o estabelecimento de cotas em universidades do Brasil, bem como políticas de permanência para se manterem durante o período da faculdade. Também se faz necessário formações continuadas para as/os profissionais que trabalham nesses locais com o intuito de minimizar possíveis desconfortos e/ou preconceitos vivenciados cotidianamente por pessoas trans e travestis.

Ademais, vemos como necessário o incentivo a editais de pesquisa voltados para a temática; a obrigatoriedade de disciplinas de gênero nos cursos de graduação e pós-graduação, com especial atenção para que suas ementas não tomem como verdade absoluta somente a lógica binária de homem x mulher (cis); e número temáticos de revistas com o foco nessas pautas, entendendo que isso influencia diretamente nos textos que serão publicados a cada ano.

Esta monografia nos trouxe alguns resultados, mas seu objetivo não é somente dar possíveis respostas, é também deixar dúvidas e suscitar o debate sobre as lacunas que existem nas produções de conhecimento. Ao retornarmos à campanha do conjunto CFESS/CRESS realizada em 2006 com o título *“O amor fala todas as línguas- Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”*, na qual houve certa dificuldade de parcela da categoria em entender a real importância do debate sobre o tema, nos fica o questionamento, que também nos leva ao título, será que *o amor fala mesmo todas as línguas?*

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. DOS R. Queer como Desobediência Epistêmica. **Virtuajus**, v. 5, n. 8, p. 381-397, 16 set. 2020.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. “Corpo e gênero: articulando um debate”. **Revista Em Pauta** n.28, dez. 2011, p. 17-27.

ALMEIDA, G.S. Mesa 1: transdiversidade, direitos e Serviço Social. In: Seminário Nacional- Serviço Social e diversidade trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate. **CFESS**, 2020. p. 17-38.

_____. **Disciplina Questão de Gênero no Brasil**. Notas de aula. Universidade Federal do Rio de Janeiro

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade** n. 132, mai-ago 2018, p. 268-286.

AMBROSIO, L.; SILVA, C.R. “Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional”. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v.30, p.e3150, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/LTfLtqD6wm4bJ4mFpLcrY3P/>>.

ARMAS, H. “Explorar os vínculos entre sexualidade e direitos para enfrentar a pobreza”. In: CORNWALL, A. & JOLLY, S (orgs.). **Questões de sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA/Sexual Policy Watch, 2008. p.29-49.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Página eletrônica: <https://www.abepss.org.br/gtps/>. Acesso em 18 de maio de 2024.

_____. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS – ABGLT. **Supremo Tribunal Federal**. Ementa: direito constitucional. Mandado de injunção. Dever do estado de criminalizar as condutas atentatórias dos direitos fundamentais. Homotransfobia. Discriminação inconstitucional. Omissão do congresso nacional. Mandado de injunção julgado procedente. Mandado de injunção 4.733 Distrito Federal. Relator: Min. Edson Fachin. 13 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476>> Acesso em: 13 de maio de 2024.

BARROCO, MARIA LÚCIA. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015

BRASIL. **Código Criminal do Império**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Último acesso em: 12 de junho de 2023.

BRASIL. **Código Penal de 1824**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Último acesso em: 06 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **Guia de Prevenção das DST/AIDS e Cidadania para Homossexuais**/Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e AIDS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social do Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. “STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa”. **Supremo Tribunal Federal**, 13 de jun. de 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010&ori=1> >

BRASIL. Superior Tribunal Federal. “STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial”. **Supremo Tribunal Federal**, 22 de ago. de 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1> > Acesso em: 15 de maio de 2024.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão n. 26 Distrito Federal. Relator: Min. Celso de Mello. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMAM.pdf> > Acesso em: 13 de maio de 2024.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Mandado de injunção 4.733 distrito federal. Relator: Min. Edson Fachin. 13 de jun. de 2019. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476> > Acesso em: 13 de maio de 2024.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRITO C.G. S; ALMEIDA, C.C. L; ALMEIDA, G.S. “A necessária rediscussão da categoria divisão sexual do trabalho: inferências a partir de análises de experiências trans”. In: MELO, Ana Inês Simões; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FORTI, Valeria Lucília. **Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p.49-70.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTELO, Rodrigo.; RIBEIRO, Vinícius.; ROCAMORA, Guilherme. “Capitalismo dependente e as origens da “questão social”” Rio de Janeiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 137, São Paulo, p. 15-34, jan./abr, 2020.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Cortez, 12ª edição, 2017.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, PUC-SP. Disponível em: < <https://www.pucsp.br/cedic/fundos-e-colecoes> >

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. 1965. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf >

_____. **Código de ética profissional do Assistente Social**. 1975. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. CFESS, 2020.

_____. **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

_____. **O amor fala todas as línguas** - Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Julho de 2006. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>>

CISNE, Mirla. “Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: uma análise feminista-materialista”. **Temporalis**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 133–149, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CORNWALL, A.; JOLLY, S. “Introdução: a sexualidade é importante”. In: CORNWALL, A. & JOLLY, S (orgs.). **Questões de sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA/Sexual Policy Watch, 2008. p.29-49. p.29-49.

CORREIA, E.C.R. “Injustiça epistêmica e questões de gênero: o caso da injustiça hermenêutica na distinção entre homoafetividade e heterossexualidade”. **Revista Opinião Filosófica**, [S. l.], v. 12, p. 1–14, 2021. DOI: [10.36592/opiniaofilosofica.v12.1028](https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1028). Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1028>.. Acesso em: 8 maio. 2024.

ESTEVÃO, A.M.R. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 1992

FALEIROS, V. DE P. O que o Serviço Social quer dizer. **Serviço Social & Sociedade**, n. 108, p.748-761, out. 2011.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça”. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 62–76, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p62-76. Disponível em:<<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>>. Acesso em: 8 maio. 2024.

GUERRA, Y. “A dimensão investigativa no exercício profissional”. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-718.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1965.

INSTITUIÇÃO AUTORA. **Dossiê denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022**. Observatório de mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>> Acesso em: 10 abr. 2024.

IRINEU, B.A. “Gênero, sexualidade e educação- violência epistêmica e pânico moral em tempos de recrudescimento do conservadorismo”. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018.

IVANETE, B. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p.637-651, out. 2015.

JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

KAMEYAMA, Nobuco. “A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço social: avanços e tendências (1975 a 1997)”. **Cadernos ABESS**, São Paulo, Nº8, P.33 a 76, 1998

KOIKE, Marieta. “Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais”. CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

LARROSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v.28 (2), 2003. p.101-115.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** n. 22, vol.3, set/dez. 2014.

LUKÁCS, G. “A reprodução da sociedade como totalidade”. Tradução: FILHO, S.A.L. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/389>. p. 3-13. Acesso em: 15 abr. 2024.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. Cap. 23. p. 245-277.

MATOS, M.C.; MESQUITA, M. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” - reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS”. **Em pauta**, n 28, 2011.

MAZZEO, A.C. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. Editora Ática, 2 ed, p.5-22, 1995.

MELO, A.I.S.C; CARDOSO, I.C. da C.; FORTI, V.L. (Org). **Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias**. Campinas: Navegando Publicações, 2020. p.49-70.

MIGNOLO, W. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade *em* política”. **Caderno de Letras da UFF**- dossiê: Literatura, língua e identidade, nº34, p.287-324, 2008.

MINAYO, M. C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. **Petrópolis, Vozes**, 2002.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed.- São Paulo: Hucitec, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 3 ed. São Pulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. “Introdução ao método da teoria social”. In. CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-696.

NUNES, J.A. “O resgate da epistemologia”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, março 2008: p.45-70.

NUNES, J.A. O resgate da epistemologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, março 2008: 45-70.

OLIVEIRA, MEGG; ALMEIDA, DJAMILIA. “O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação”. Bahia: Editora Devires, 2020.

GUMIERI, Julia; AROUCA, Leonardo; QUINALHA, Renan. Orgulho e resistências: LGBT na ditadura São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2020. Disponível em: < <http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Catalogo-Orgulho-e-Resistencia-LGBT-na-ditadura-MRSP-2021.pdf> >

PALHA, A. “Transfeminismo e construção revolucionária”. In: **Dossiê Marxismo e lutas LGBT Margem esquerda**, n.33, São Paulo. p. 11-18.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. **Supremo Tribunal Federal**. Ação direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.26. Distrito Federal. Relator: Min. Celso de Mello. Disponível em: < <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMAM.pdf> > Acesso em: 13 de maio de 2024.

PORTELA, P; JÚNIOR, J.F. “Pessoas trans nas universidades federais do Brasil”. **Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa**. Disponível em: < <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/> > Acesso em: 09 de maio de 2024.

REBUCINI, G. “Marxismo *Queer*: Abordagens Materialistas das Identidades Sexuais”. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, São Paulo, n.48, p.109-125, 2019. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2019_11_18_16_03_21.pdf >

RIBEIRO, J. K.; DE ALMEIDA, G. “De quem é o corpo que compõe a força de trabalho? Reflexões sobre trabalhadoras/es trans no contexto da covid-19”. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 152-175, 16 jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

SETUBAL, Aglair. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 2 ed. Cortez Editora. 2002

SOUSA, Charles. “Histórias do Serviço Social: cumplicidade e resistência”. **Revista Praia Vermelha**, v.29, n.2, 2019. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22993> >

SPOSATI, A. “Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social”. **Revista Katálysis**, v.10, número especial, p.15-25, 2007.

TENENBLAT, M. J. T. “O legado do movimento de reconceituação latino-americano para o serviço social brasileiro”. **Temporalis**, [S. l.], v. 22, n. 44, p. 151–168, 2022. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38914> >. Acesso em: 17 jul. 2023.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VARGAS, H. M. “Sem perder a majestade: ‘profissões imperiais’ no Brasil”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553>>. Acesso em: 16 abr. 2024

VIEIRA, Rafael. **Disciplina Economia do Brasil Contemporâneo**. 05 de maio de 2021. Notas de aula. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

ZUGNO, G. B. *et al.* “Diversidade sexual no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: homofobia clássica e moderna em 50 anos de decisões criminais (1970-2019)”. **Revista Direito GV**, v. 18, n. 3, p. e2230, 2022.